

## ESTRUTURA, EVOLUÇÃO E TENDÊNCIA DO MERCADO DE TRABALHO

### **Otávio Valentim Balsadi**

Engenheiro agrônomo, doutor  
em economia aplicada,  
pesquisador da Empresa  
Brasileira de Pesquisa  
Agropecuária (Embrapa).  
E-mail: otavio.balsadi@embrapa.br.

## EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES E DO EMPREGO NA AGRICULTURA BRASILEIRA NO PERÍODO 1992-2006<sup>1</sup>

### **Introdução<sup>2</sup>**

No período pós-1995, a agricultura brasileira registrou fortemente a introdução de modernas tecnologias, especialmente aquelas destinadas à colheita e à pós-colheita de grandes culturas: cana-de-açúcar, café e algodão são os principais exemplos. Juntamente com as colheitadeiras mecânicas, ampliou-se o uso das novas máquinas agrícolas “inteligentes”, controladas por programação eletrônica e transmissão via satélite, naquilo que se convencionou chamar de agricultura de precisão. Além de provocar a redução da demanda de mão-de-obra<sup>3</sup>, a introdução dessas tecnologias trouxe consigo a exigência de um novo perfil de trabalhador rural com novas habilidades para processos produtivos mais automatizados.

Em um contexto de maior abertura econômica, de conquista de novos mercados internacionais, de busca de rentabilidade na agricultura e de obtenção de produtos de maior qualidade em função de novos hábitos de consumo e de novas exigências dos consumidores, a introdução de inovações tecnológicas tem papel fundamental na obtenção de maior

**1** O autor agradece o importante auxílio de Alan Ricardo da Silva na tabulação especial dos dados da Pnad utilizados no presente texto.

**2** As principais idéias contidas nesta Introdução estão baseadas no trabalho de Balsadi et al. (2002).

**3** O impacto das novas colheitadeiras sobre o nível de demanda de mão-de-obra agrícola é muito significativo: na cultura do algodão, uma colheitadeira substitui o trabalho de 80 a 150 pessoas; no café, uma colheitadeira automotriz pode eliminar o trabalho de até 160 pessoas; na cana-de-açúcar, uma colheitadeira elimina o trabalho de 100 a 120 pessoas; da mesma forma, na cultura do feijão, uma colheitadeira pode substituir o trabalho de 100 a 120 pessoas (SENSOR RURAL SEADE, 2001).

competitividade das atividades agrícolas e pecuárias. E isso ocorreu mesmo em momentos de adversidades no cenário macroeconômico.

Nunca é demais lembrar que o início da década de 90 foi marcado pelo desmanche dos tradicionais instrumentos de política agrícola (garantia de preços mínimos, estoques reguladores, redução do crédito agropecuário) promovido pelo Governo Collor, juntamente com a significativa queda nos recursos públicos destinados à agricultura (infra-estrutura, pesquisa agropecuária, assistência técnica). Além disso, houve abrupta abertura comercial que trouxe sérios problemas para a agricultura nacional, na maioria das vezes impossibilitada de competir com produtos internacionais fortemente subsidiados nos seus países de origem (GRAZIANO DA SILVA; BALSADI; DEL GROSSI, 1997).

Mesmo com a recuperação da agricultura brasileira após 1994 e com a obtenção de safras recordes de grãos ("âncora verde" do Plano Real), vários dos problemas permaneceram. Da euforia passou-se à crise, particularmente pelos efeitos perversos nas principais cadeias produtivas da taxa de câmbio sobrevalorizada no período 1994-98, o que tornou as importações mais baratas e desincentivou as exportações brasileiras. Todos esses condicionantes macroeconômicos e de política setorial tiveram forte impacto sobre a área cultivada e a renda das atividades agrícolas e pecuárias, que se refletiram na incapacidade de geração de ocupações e de empregos pela agricultura brasileira.

Para o que interessa no presente artigo, com certeza, o período compreendido entre 1999 e 2006 foi um dos melhores momentos para a agricultura nacional, o qual também coincidiu com um ciclo muito favorável do comércio internacional. Neste período, iniciado com a desvalorização da moeda após a adoção do regime de câmbio flutuante em janeiro de 1999, uma série de novos instrumentos foi implementada e/ou fortemente ampliada<sup>4</sup>, pois alguns já haviam começado a operar a partir da segunda metade dos anos 90. É também marca deste período a ampliação de políticas orientadas para segmentos mais específicos, como a agricultura familiar, e para a promoção de uma agricultura de bases mais sustentáveis (Balsadi, 2007).

Juntamente com estes novos instrumentos, é importante frisar que neste período uma série de fatores favoráveis ocorreu concomitantemente:

**4** Cédula do Produtor Rural (CPR), Contratos de Opção, Prêmio para Escoamento do Produto (PEP), Linha Especial de Crédito de Comercialização (LEC), Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), entre outros. Com isto, estaria em construção a "nova cara" da política agrícola, com o desenho de novas formas de intervenção do Estado, a maior participação do mercado no provimento de recursos e, também, um avanço da construção de instrumentos mais direcionados para segmentos mais específicos, como os agricultores familiares (BUANAIN, 2005).

a desvalorização do Real permitiu a recuperação e a ampliação das exportações brasileiras, principalmente as do agronegócio; os aumentos expressivos da área cultivada e da quantidade produzida de grãos e oleaginosas fizeram com que a safra brasileira ultrapassasse a barreira das 100 milhões de toneladas; os ganhos de produtividade em todos os fatores de produção (terra, trabalho e capital) propiciaram maior eficiência e eficácia nos sistemas produtivos<sup>5</sup>; a recuperação dos preços internacionais de algumas *commodities* fez aumentar a renda do setor; o incremento real no volume de recursos destinados ao crédito rural, especialmente os do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), favoreceu os investimentos; o crescimento real do PIB da agropecuária no período fez saltar sua participação no PIB total; e a reestruturação e ampliação das ações dos dois ministérios que cuidam da agricultura, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), deram mais apoio ao setor. Certamente um dos aspectos negativos do período foi a redução das ocupações agrícolas, principalmente das categorias familiares (conta própria e não remunerados).

No cenário macroeconômico das duas últimas décadas, vale reforçar que a introdução das tecnologias para mecanização da colheita e pós-colheita tem sido bastante estimulada pelas diretrizes de política econômica<sup>6</sup>: câmbio sobrevalorizado nos períodos 1994-98 e 2005-2006, e financiamentos com baixos juros pelo Finame Agrícola e Moderfrota, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e até pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em sua finalidade de investimento (com recursos, diga-se de passagem, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT)<sup>7</sup>. Somando-se os

---

**5** De acordo com Gasques et al. (2007), a produtividade total dos fatores na agricultura brasileira para o período 2000-2005 foi de 3,9% ao ano (o maior registrado entre 1975 e 2005, cuja média foi de 2,5% ao ano). Para os respectivos fatores de produção, os valores observados foram os seguintes: 5,8% ao ano para a produtividade da mão-de-obra (contra uma média de 3,6% para o período 1975-2005); 3,3% ao ano para a produtividade da terra (contra uma média de 2,6% para o período 1975-2005); e 4,7% para a produtividade do capital (contra uma média de 2,4% para o período 1975-2005).

**6** Vale dizer que em algumas regiões produtoras, como é o caso do estado de São Paulo, a mecanização da colheita da cana-de-açúcar tem sido induzida também pela legislação ambiental, que proíbe a realização de queimadas em áreas próximas aos centros urbanos.

**7** Dentro do BNDES, um dos programas mais recentes e de maior sucesso é o Moderfrota, criado em 2000. Esse programa financia a compra de tratores, implementos e colhedoras, com prazo de pagamento de seis a oito anos. Também vale salientar que o Pronaf - Investimento voltado para os agricultores familiares, tem sido importante instrumento para a mecanização da agricultura brasileira. Esse financiamento pode ser pago em até oito anos. Na região Sul do Brasil, essa modalidade de financiamento tem consumido a maior parte dos recursos totais do Pronaf. De acordo com Figueiredo e Corrêa (2006), 40,0% do número de tratores e 50,0% do de colheitadeiras foram vendidos na região Sul no ano de 2002. Nesse mesmo ano, o Centro-Oeste respondeu por, respectivamente, 18,0% e 37,0% das vendas de tratores e colheitadeiras.

bons preços conjunturais de algumas *commodities*, especialmente café, açúcar, soja e milho e as supersafras de grãos, tem-se o cenário que propiciou não só a renovação de boa parte da frota, mas também a forte expansão no uso de máquinas (tratores, colhedoras, novos implementos etc.) na agricultura brasileira no período pós-1995<sup>8</sup>.

Um fato relevante a ser ressaltado é o seguinte: apesar de a parcela mais modernizada, que não é a majoritária, dos agricultores ter renda suficiente e/ou acesso ao crédito para a aquisição das máquinas e implementos de última geração, o efeito da mecanização das operações de cultivo sobre a redução das ocupações agrícolas acaba sendo muito significativo, porque são as grandes propriedades que predominam na produção das referidas culturas (cana-de-açúcar, algodão, milho, soja etc.).

Apesar de o número de grandes propriedades não ser predominante, sua participação na área cultivada e na quantidade produzida é muito elevada (reflexo do nosso histórico modelo de concentração da posse da terra). Acrescentem-se a isso dois outros elementos: a possibilidade de as propriedades menores recorrerem à terceirização (ou externalização) dos serviços de máquinas para as operações de preparo do solo, plantio e colheita; e o fato de que, diferentemente do que se viu no início da "modernização conservadora" da agricultura brasileira, quando apenas algumas regiões (Sudeste e Sul, principalmente) foram palco desse processo, a atual fase de expansão de fronteira está sendo feita com elevados índices de modernização e mecanização em praticamente todas as regiões produtoras.

Em resumo: não é mais somente em São Paulo e no Centro-Sul que se produz de forma modernizada, mesmo porque com a guerra fiscal e com a ocupação dos cerrados nos últimos anos, as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste têm recebido muitas novas atividades, incluindo as agroindústrias (carnes, algodão, milho, soja, café, frutíferas etc.), as quais são conduzidas com as mais modernas técnicas e tecnologias disponíveis para os agricultores. Esse conjunto de fatores tem efeito ampliado sobre a redução de postos de trabalho na agricultura. Pois é sabido que a demanda de mão-de-obra na agricultura depende da área total cultivada, da composição desta área total cultivada entre as diversas atividades agrícolas e pecuárias e, principalmente, do nível tecnológico adotado nas diversas etapas do processo produtivo, desde o plantio até a colheita.

A redução das ocupações agrícolas no período 1992-2006, tanto para os residentes rurais quanto para os urbanos, e a não compensação pelo

---

<sup>8</sup> Ver a respeito os trabalhos de Figueiredo e Corrêa (2006) e Balsadi (2007).

crescimento das atividades não agrícolas, especialmente nas áreas rurais, traz novos desafios para as políticas públicas no Brasil. Apesar do forte e significativo crescimento das ocupações rurais não agrícolas, esse movimento não foi suficiente para compensar a queda de ocupações na agricultura, pois há grandes diferenças de ritmos de geração de ocupações, por um lado, e destruição, por outro (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

Em função do exposto, o presente artigo tem como objetivo principal analisar a evolução das ocupações, em geral, e do emprego, em particular, na agricultura brasileira no período 1992-2006. Além desta introdução, o texto está estruturado da seguinte forma: procedimentos metodológicos, em que são apresentados os principais conceitos utilizados no tratamento dos dados; evolução do período 1992-2004, com a série compatibilizada sem a área rural da região Norte; evolução do período 2004-2006, já com a inclusão de todas as regiões brasileiras; análise da qualidade do emprego no período 2004-2006, com base em um índice construído a partir de amplo conjunto de indicadores e considerações finais.

### **Procedimentos metodológicos**

A fonte dos dados primários utilizados para o estudo da população economicamente ativa (PEA) ocupada na agricultura é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo IBGE. Para as atividades selecionadas, os dados referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais de idade tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última ou a penúltima do mês de setembro.

Por PEA ocupada entende-se o conjunto de pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte do período da semana de referência. Também fazem parte da PEA ocupada as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licenças, greves, entre outros motivos (IBGE, 2006).

Os dados estão agregados para o total de Brasil e das cinco grandes regiões. Para permitir uma análise mais acurada por região, os dados foram abertos por posição da ocupação das pessoas na agricultura: empregador; empregado; conta própria; não remunerados e trabalhadores na produção para o próprio consumo.

Nas Pnads realizadas entre 1992 e 2006, considera-se trabalho em atividade econômica o exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc) na produção de bens e serviços; b) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana

(em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como conta própria, empregador ou empregado na produção de bens primários, que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura; como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo); c) ocupação desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar (IBGE, 2006).

Quanto à posição na ocupação, as definições da Pnad são as seguintes, ainda segundo o IBGE (2006):

- empregador: pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;
- empregado: pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc). Em função da sua inserção, os empregados são classificados em temporários e permanentes. Ainda segundo o IBGE, o empregado é considerado temporário quando a duração do contrato ou acordo (verbal ou escrito) de trabalho tem um término estabelecido, que pode ser, ou não, renovado. Ou seja, o empregado que foi contratado por tempo determinado ou para executar um trabalho específico que, ao ser concluído, daria por encerrado o contrato ou acordo de trabalho. O trabalhador temporário pode, de acordo com a região, receber uma das seguintes denominações: bóia-fria, volante, calunga, turmeiro, peão de trecho, clandestino etc. Em contraposição, o empregado é considerado permanente quando a duração do contrato ou acordo (verbal ou escrito) de trabalho não possui término estabelecido;
- conta própria: pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado;

- não remunerado: pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade familiar que era conta própria, empregador ou empregado na produção de bens primários. Nesta categoria também estão as pessoas que trabalham sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo;
- trabalhador na produção para o próprio consumo: pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Para o estudo da evolução da qualidade do emprego e das principais características do mercado de trabalho assalariado agrícola foi construído, a partir dos microdados das Pnads, um índice de qualidade do emprego (IQE), baseado na metodologia desenvolvida por Balsadi (2000)<sup>9</sup>.

Para elaborar o índice, os procedimentos básicos são os seguintes: obtenção dos indicadores simples; construção dos índices parciais, a partir das médias ponderadas dos indicadores simples, no sentido de captar as dimensões da qualidade do emprego; cálculo do IQE a partir das médias ponderadas dos índices parciais.

A seguir, serão descritos os indicadores simples e os índices parciais para as quatro dimensões selecionadas para avaliar a evolução da qualidade do emprego agrícola no período 2004-2006: nível educacional dos empregados; grau de formalidade do emprego; rendimento recebido no trabalho principal; auxílios recebidos pelos empregados.

Para analisar o nível educacional das pessoas empregadas, foram selecionados indicadores relacionados a dois aspectos: alfabetização e nível de escolaridade. Para isto, foram escolhidos os seguintes indicadores simples: porcentagem de pessoas empregadas não analfabetas ou com mais de um ano de estudo (Indalf); porcentagem de pessoas ocupadas com até quatro anos de estudo (Indesc1); e porcentagem de pessoas ocupadas com oito ou mais anos de estudo (Indesc2).

---

<sup>9</sup> Vale dizer que dois aperfeiçoamentos principais foram feitos em relação à metodologia original: a inclusão da dimensão relacionada com o nível de escolaridade dos empregados e seus respectivos indicadores; e a nova estrutura de ponderação, baseada na média ponderada dos indicadores e dos índices parciais (na metodologia original, a exemplo do IDH, trabalhou-se apenas com a média aritmética).

Na formalidade do emprego, foram selecionados: porcentagem de empregados com idade acima de 15 anos (Ninf), o que representa a proporção de trabalhadores não infantis empregada; porcentagem de empregados com jornada semanal de até 44 horas (Jorn), o que corresponde à participação dos empregados sem sobretrabalho; porcentagem de empregados com carteira assinada (Cart); e porcentagem de empregados contribuintes da Previdência Social (Prev).

Para o rendimento obtido no trabalho principal, foi selecionada a porcentagem de empregados com remuneração acima de um salário mínimo (Npob) e o rendimento médio mensal (Rend). Nos auxílios recebidos foi selecionada porcentagem de empregados que recebiam os seguintes auxílios: moradia (Auxmor); alimentação (Auxalim); transporte (Auxtrans); educação (Auxeduc); e saúde (Auxsau).

De todos os indicadores selecionados, apenas o rendimento médio mensal precisou ser padronizado para variar de 0 a 100, segundo a fórmula:  $((\text{valor} - \text{mínimo}) / (\text{máximo} - \text{mínimo}))$ , em que o mínimo e o máximo são, respectivamente, os valores mínimo e máximo do rendimento médio encontrados em toda a série, possibilitando a comparação intertemporal.

Vale salientar que, antes de ser feita a padronização, os rendimentos médios foram corrigidos para dezembro de 2006, por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE. A escolha do índice de preços deu-se pelo fato de ele ser obtido para famílias com renda na faixa de um a oito salários mínimos, o que é muito mais próximo da realidade das famílias dos empregados na agricultura brasileira.

Dado o número de casos presentes nas amostras das Pnads, o IQE foi calculado para a atividade agrícola como um todo para Brasil e grandes regiões. A tabela 1 mostra o número de casos que a Pnad captou para os empregados permanentes e temporários, nos anos selecionados para análise.

Como situação urbana, consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas e sedes distritais e às áreas urbanas não urbanizadas. A situação rural abrange toda a área situada fora destes limites. Este critério também é utilizado na classificação das populações urbana e rural. Tradicionalmente, a agregação oficial dos dados em urbano e rural segue o que é definido pelos próprios municípios.



**Tabela 1** Número de casos nas amostras da Pnad para empregado permanente e temporário, segundo a área. Brasil e grandes regiões, 2004-2006

Brasil e grandes regiões	Empregado permanente					
	Urbano			Rural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Centro-Oeste	306	317	283	592	618	550
Nordeste	445	477	461	898	996	889
Norte	128	128	112	331	342	327
Sudeste	539	551	575	774	799	801
Sul	175	150	150	355	332	292
<b>Total de Brasil</b>	<b>1.593</b>	<b>1.623</b>	<b>1.581</b>	<b>2.950</b>	<b>3.087</b>	<b>2.859</b>

Brasil e grandes regiões	Empregado temporário					
	Urbano			Rural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Centro-Oeste	259	264	245	161	141	154
Nordeste	774	780	738	1.540	1.725	1.637
Norte	300	236	239	342	277	341
Sudeste	705	604	612	504	539	462
Sul	196	169	161	179	155	156
<b>Total de Brasil</b>	<b>2.234</b>	<b>2.053</b>	<b>1.995</b>	<b>2.726</b>	<b>2.837</b>	<b>2.750</b>

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pnad.

Para a estrutura de ponderação do IQE foi escolhido um método da escola americana de multicritério, o Macbeth (*Measuring Attractiveness by a Categorical Based Evaluation Technique*). A escolha do método foi baseada nos seguintes motivos: decisão de atribuir pesos diferenciados para os indicadores e dimensões selecionados; existência e disponibilidade de um bom conjunto de indicadores; constituir-se em uma solução intermediária entre o total empirismo e as sofisticadas técnicas de econometria, nem sempre muito familiares; disponibilidade e facilidade no uso e na compreensão tanto do método em si quanto do programa computacional que o executa; forte interação entre o especialista (decisor) e o programa, permitindo ajustes nos pesos propostos; realização de testes de consistência em todos os critérios utilizados na definição da estrutura de ponderação<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> Para maiores detalhes do Macbeth, consultar Balsadi (2007).

Após a aplicação desta metodologia de multicritério, a estrutura de ponderação dos índices parciais e do IQE ficou da seguinte forma:

- $\text{Indrend} = 0,60 \text{ Npob} + 0,40 \text{ Rend}$ .
- $\text{Indformal} = 0,35 \text{ Cart} + 0,29 \text{ Prev} + 0,24 \text{ Ninf} + 0,12 \text{ Jorn}$ .
- $\text{Indeduc} = 0,45 \text{ Indesc2} + 0,36 \text{ Indesc1} + 0,19 \text{ Indalf}$ .
- $\text{Indaux} = 0,26 \text{ Auxmor} + 0,23 \text{ Auxsau} + 0,20 \text{ Auxalim} + 0,17 \text{ Auxtrans} + 0,14 \text{ Auxeduc}$  (para os residentes urbanos).
- $\text{Indaux} = 0,29 \text{ Auxmor} + 0,22 \text{ Auxsau} + 0,20 \text{ Auxeduc} + 0,17 \text{ Auxalim} + 0,12 \text{ Auxtrans}$  (para os residentes rurais).
- $\text{IQE} = 0,35 \text{ Indrend} + 0,29 \text{ Indformal} + 0,21 \text{ Indeduc} + 0,15 \text{ Indaux}$ .

## O mercado de trabalho agrícola no Brasil

### Evolução das ocupações e do emprego na agricultura no período 1992-2004

A análise da evolução das ocupações, em geral, e do emprego, em particular, na agricultura brasileira no período 1992-2004 será feita com maior nível de detalhamento, não só para as principais posições na ocupação como também para as grandes regiões.

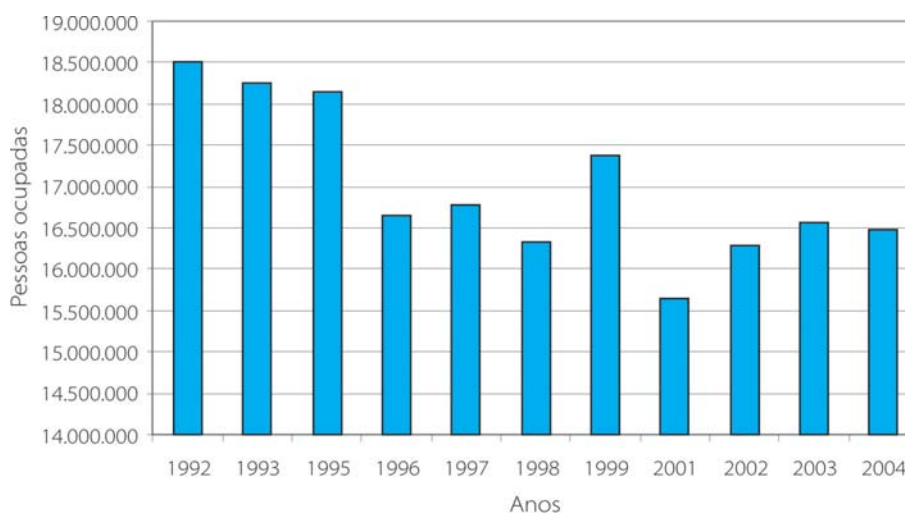
De acordo com os dados do gráfico 1, o número de pessoas ocupadas na agricultura encolheu 2,0 milhões no período em questão (-10,9%). A categoria que mais contribuiu para essa redução foi a dos membros não remunerados da família, que registrou queda de 1,3 milhão no número de pessoas ocupadas (-25,2%). Somando-se os empregados, cuja redução no número de pessoas foi de 342,7 mil (-6,8%), e os conta própria, que apresentaram queda de 296,0 mil (-6,5%) no número de ocupados, tem-se que estas três categorias foram responsáveis por 95,5% do total da redução das ocupações agrícolas.

No período 1992-2004, a PEA ocupada na agricultura brasileira oscilou entre o máximo de 18,5 milhões de pessoas em 1992, e o mínimo de 15,6 milhões em 2001. *Grosso modo*, pode-se dividir o período em dois grandes subperíodos, do ponto de vista das ocupações agrícolas: a) o primeiro, compreendido entre 1992 e 1995, apresenta nível de ocupação mais ou menos estável de 18,3 milhões de pessoas, em média; b) o segundo, entre

1996 e 2004, marcado por forte redução das ocupações agrícolas em relação ao anterior (média anual de 16,5 milhões de pessoas).

É interessante notar que o segundo subperíodo, dadas as suas características, também poderia ser partilhado em dois tendo como divisor de águas o ano de 1999, quando houve a desvalorização do Real e importante recuperação das ocupações na agricultura. Entre 1996 e 1998, pode-se dizer que houve crise agrícola e redução das ocupações, ao passo que entre 1999 e 2004, pós-desvalorização, houve bom desempenho da agricultura brasileira, mas também marcado pela redução das ocupações, embora em menor magnitude. Vale dizer que apesar de não se haver recuperado o nível de ocupação verificado no final dos anos 90, entre 2001 e 2004 registrou-se pequeno aumento das ocupações na agricultura brasileira.

**Gráfico 1 Evolução das ocupações na agricultura, Brasil, 1992-2004**



Fonte: IBGE - Pnad.

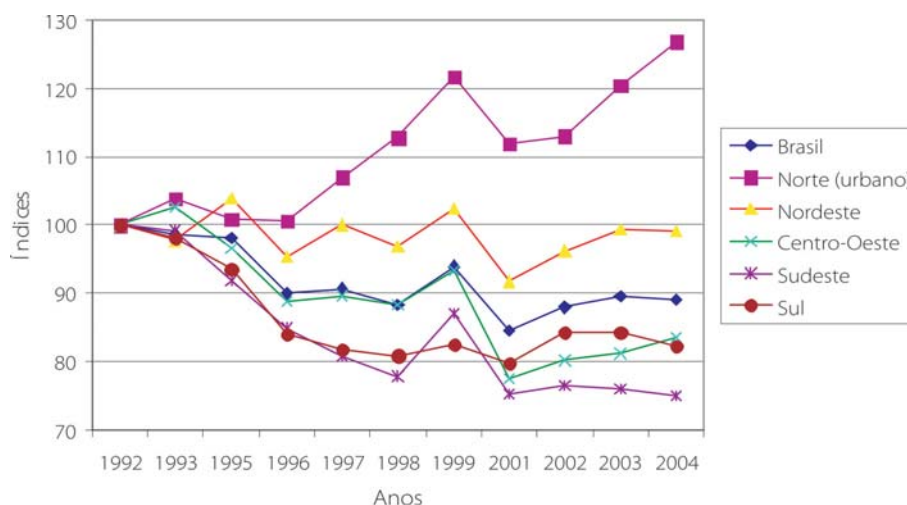
O comportamento geral observado não foi homogêneo em todas as grandes regiões (gráfico 2). As regiões com melhores resultados no total do período foram o Norte urbano, com crescimento de 26,8% no número de pessoas ocupadas, e o Nordeste, com pequena redução de 0,9%. Vale salientar que estas duas regiões tiveram forte expansão da área cultivada no período 1999-2004, registrando aumentos na ocupação das categorias de empregadores e empregados, especialmente. As demais regiões

(Centro-Oeste, Sudeste e Sul) tiveram reduções de 16,4%, 25,0% e 17,7%, respectivamente, no número de pessoas ocupadas na agricultura no período analisado.

A posição relativa de cada região no total de ocupações não sofreu alteração nesse período. Ou seja, entre 1992 e 2004, a região Nordeste sempre ficou em primeiro lugar, seguida pelo Sudeste. Na seqüência aparecem, respectivamente, as regiões Sul, Centro-Oeste e Norte urbano.

Em 2004, 49,2% do total das ocupações agrícolas estavam concentradas no Nordeste, evidenciando que o comportamento da região influencia diretamente o desempenho observado para o total do Brasil. Nesse mesmo ano, o Sudeste respondeu por 21,4% das ocupações, seguido de perto pelo Sul, cuja participação foi de 19,3%. Em posição bem distante das demais aparecem o Centro-Oeste e o Norte urbano, que responderam por, respectivamente, 6,4% e 2,6% das ocupações na agricultura.

**Gráfico 2 Evolução das ocupações na agricultura brasileira, segundo as grandes regiões, 1992-2004 (1992 = 100)**



Fonte: IBGE - Pnad.

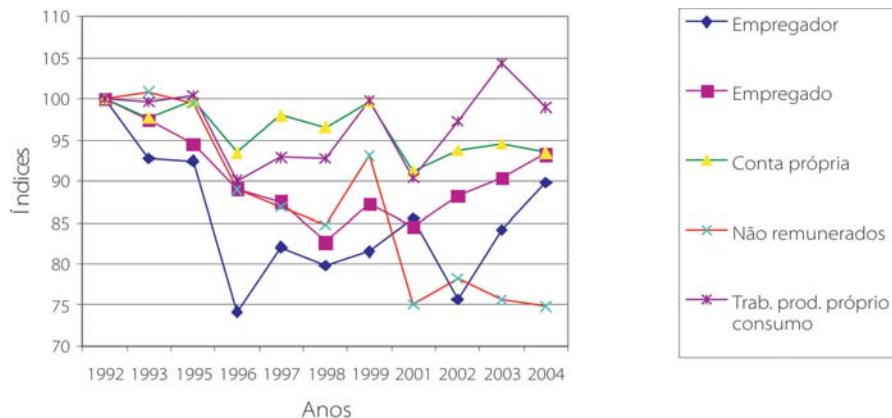
Se na participação das regiões não houve mudanças, o mesmo não aconteceu com as categorias de ocupados. E as alterações marcantes ocorreram nas participações de empregados e de membros não remunerados da família. Em 1992, as duas categorias tinham participações muito próximas no total das ocupações agrícolas (27,7% para os não

remunerados e 27,4% para os empregados). A terceira categoria mais relevante era a dos conta própria, que respondia por 24,5% das ocupações. A seguir vinham os trabalhadores na produção para o próprio consumo, com participação de 17,4%, e os empregadores (apenas 3,1%).

Os dados do gráfico 3 auxiliam a compreender o ocorrido. Enquanto os não remunerados tiveram redução constante no número de ocupados (com exceção do ano de 1999), a categoria de empregados apresentou importante recuperação nos primeiros anos do século XXI. Com isso, pode-se notar que o nível de ocupação dos empregados em 2004 era muito próximo daquele observado em 1995.

Quando se analisa especificamente a categoria de empregados, observa-se que o comportamento geral no período 1992-2004 foi um pouco distinto do padrão verificado para o total das ocupações. Há, claramente, dois subperíodos para o Brasil: o primeiro, de 1992 a 2001, com redução contínua do contingente de empregados agrícolas (exceção feita ao ano de 1999, quando há pequena recuperação); o segundo, de 2001 a 2004, com importante recuperação do nível de emprego (foram criados 443,9 mil novos empregos na agricultura, crescimento de 10,4%).

**Gráfico 3 Evolução das ocupações na agricultura brasileira, segundo a posição na ocupação, 1992-2004 (1992 = 100)**



Fonte: IBGE - Pnad.

Em função disto, no ano de 2004, os empregados eram a principal categoria em termos de participação no total das ocupações agrícolas (28,7%), seguidos pelos conta própria (25,7%). Os não remunerados, que eram a principal categoria em 1992, caíram para a terceira posição, com índice de 23,3%. Os empregadores continuaram respondendo por 3,1% das ocupações na agricultura brasileira e os trabalhadores na produção para o próprio consumo registram pequeno aumento de participação, subindo para 19,3%.

A seguir, será feito um detalhamento da evolução das ocupações agrícolas dentro das cinco regiões brasileiras, de modo a compor-se um cenário mais completo sobre estes importantes indicadores.

A análise da região Norte fica prejudicada pelo fato de se contar apenas com os dados da PEA agrícola com residência urbana para o período considerado<sup>11</sup>. Apesar de a Pnad pesquisar a área rural do estado de Tocantins, tais dados não estão agregados na tabela 2.

O primeiro aspecto a ser destacado é o crescimento de 91,4 mil ocupações na PEA agrícola urbana (26,8%). As principais categorias responsáveis por esse desempenho foram as de empregadores, que cresceu 103,5% no período 1992-2004, e de empregados, cujo aumento do número de pessoas ocupadas foi de 88,5% (ou 68,9 mil pessoas a mais).

Pode-se notar que o período de maior crescimento destas duas categorias da PEA agrícola no Norte urbano foi entre 2001 e 2004, quando houve forte expansão da produção de café e grãos e oleaginosas nos estados do Acre, do Pará e de Rondônia, principalmente. O crescimento destas categorias, em detrimento daquelas familiares (conta própria e não remunerados), parece indicar o transbordamento da moderna agricultura de perfil empresarial de outras regiões mais tradicionais na produção de *commodities* para o Norte brasileiro, nova fronteira agrícola em expansão.

---

**11** Segundo a Pnad 2004, que pela primeira vez pesquisou a área rural de toda a região Norte, havia 1.412.333 pessoas ocupadas na agricultura e com residência rural, distribuídas da seguinte forma: conta própria, 450.944 (31,9%); não remunerados, 449.900 (31,9%); trabalhadores na produção para o próprio consumo, 266.980 (18,9%); empregados, 206.539 (14,6%); empregadores, 37.970 (2,7%). Estes dados corroboram o fato de que, realmente, havia grande lacuna no estudo da PEA agrícola no Norte brasileiro, pois 76,6% dos ocupados estavam em áreas rurais, contra apenas 23,4% em áreas urbanas, em 2004.

**Tabela 2 Evolução das ocupações agrícolas, segundo a posição na ocupação; região Norte urbano, 1992-2004**

Posição na ocupação							
Anos	Total	Empregador	Empregado	Conta própria	Não remunerados	Trab. prod. próprio consumo	Sem declaração
1992	340.942	15.543	77.857	96.604	67.777	83.161	-
1993	354.338	11.716	83.439	101.213	66.628	90.980	362
1995	343.692	12.849	82.118	104.978	59.704	83.666	377
1996	343.139	11.309	83.623	99.672	49.892	98.643	-
1997	364.766	11.112	86.511	126.435	66.428	74.280	-
1998	384.618	14.970	97.036	129.337	57.002	85.291	982
1999	414.776	13.472	94.978	143.646	77.233	85.447	-
2001	381.584	23.359	134.750	96.745	54.587	71.751	392
2002	385.329	23.675	122.513	105.711	41.204	90.457	1.769
2003	410.529	25.933	153.640	96.310	45.294	89.352	-
2004	432.379	31.631	146.765	103.014	55.321	95.648	-
<b>Var. 1992-2004</b>	<b>91.437</b>	<b>16.088</b>	<b>68.908</b>	<b>6.410</b>	<b>-12.456</b>	<b>12.487</b>	-
<b>Var. 1992-2004 (%)</b>	<b>26,8</b>	<b>103,5</b>	<b>88,5</b>	<b>6,6</b>	<b>-18,4</b>	<b>15,0</b>	-

Fonte: IBGE - Pnad.

Em 2004, os empregados eram a principal categoria dos ocupados na agricultura nortista, com participação de 33,9%, seguidos pelos conta própria (23,8%). Chama a atenção a importante participação dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, que foi de 22,1%, constituindo-se na terceira categoria mais relevante. Pode-se notar que no período 1992-2004 ela registrou aumento de 15,0% no número de pessoas ocupadas.

No Nordeste houve pequena redução de 0,9% nas ocupações agrícolas no período em questão, como pode ser visto na tabela 3. Diferentemente do Norte urbano, mas também do Centro-Oeste e do Sudeste e similarmente ao Sul, as categorias mais relevantes na agricultura nordestina são as familiares. Em 2004, os conta própria e os não remunerados representavam 57,2% do total da PEA agrícola. A terceira categoria mais importante era a dos empregados, com percentual de 22,8% no total de ocupados.

Entre 1992 e 2004, a categoria dos não remunerados foi a que sofreu a maior redução: 272,5 mil pessoas (ou -10,9%). Em contrapartida, aquela que mais se expandiu foi a de trabalhadores na produção para o próprio consumo (27,1%, ou 307,4 mil pessoas a mais). Em 2004, 17,8% das pessoas ocupadas na agricultura nordestina pertenciam a esta categoria.

**Tabela 3 Evolução das ocupações agrícolas, segundo a posição na ocupação; região Nordeste, 1992-2004**

Anos	Posição na ocupação						
	Total	Empregador	Empregado	Conta própria	Não remunerados	Trab. prod. próprio consumo	Sem declaração
1992	8.182.059	168.601	1.876.845	2.495.902	2.505.728	1.134.983	-
1993	8.000.287	164.275	1.702.125	2.441.134	2.576.998	1.115.755	-
1995	8.498.822	134.186	1.782.152	2.578.560	2.722.568	1.281.356	-
1996	7.797.448	133.593	1.604.880	2.346.401	2.355.786	1.355.713	1.075
1997	8.184.448	134.011	1.579.471	2.563.562	2.488.122	1.419.282	-
1998	7.924.279	147.764	1.432.301	2.555.913	2.445.140	1.341.103	2.058
1999	8.373.632	146.044	1.478.124	2.699.104	2.775.473	1.274.387	500
2001	7.505.928	172.001	1.633.456	2.342.221	2.077.740	1.280.510	-
2002	7.870.747	151.759	1.813.387	2.365.852	2.277.377	1.262.372	-
2003	8.135.826	171.098	1.860.749	2.411.047	2.263.573	1.429.359	-
2004	8.111.827	182.818	1.849.280	2.404.033	2.233.278	1.442.418	-
<b>Var. 1992-2004</b>	<b>-70.232</b>	<b>14.217</b>	<b>-27.565</b>	<b>-91.869</b>	<b>-272.450</b>	<b>307.435</b>	-
<b>Var. 1992-2004 (%)</b>	<b>-0,9</b>	<b>8,4</b>	<b>-1,5</b>	<b>-3,7</b>	<b>-10,9</b>	<b>27,1</b>	-

Fonte: IBGE - Pnad.

Fato semelhante ao ocorrido no Norte urbano foi o significativo crescimento das categorias de empregadores e empregados nos primeiros anos do século XXI. O total de pessoas ocupadas e que pertenciam a estas duas categorias em 2003 e 2004 foi o maior verificado em toda a série histórica (a exceção foi o total de empregados, cujo maior valor foi observado em 1992). Esse comportamento deve-se, muito provavelmente, à expansão da produção de café e de grãos e oleaginosas (especialmente algodão, feijão e soja) nas áreas de cerrado nos estados da Bahia, do Maranhão e do Piauí.

Os dados da tabela 4 mostram que no Centro-Oeste o principal destaque foi o crescimento dos conta própria (5,2%, ou 11,6 mil pessoas a mais nesta categoria de agricultores familiares). As demais categorias tiveram queda no número de ocupados, o que contribuiu decisivamente para a redução de 16,4% da PEA agrícola. A forte expansão de culturas altamente mecanizadas em todo o processo produtivo, como é o caso do algodão, da soja e mais recentemente da cana-de-açúcar, auxilia a compreensão do comportamento observado nas ocupações agrícolas.

As reduções foram significativas em quase todas as categorias: -36,9% para os empregadores; -36,5% para os não remunerados; e -31,0% para os trabalhadores na produção para o próprio consumo. Os empregados, que sempre foram a categoria predominante no período em questão, registram



queda de 5,4% no número de pessoas ocupadas. Em 2004, 42,2% da PEA agrícola ocupada no Centro-Oeste eram integrantes desta categoria. A seguir apareciam os conta própria e os trabalhadores na produção para o próprio consumo, com participações de, respectivamente, 22,2% e 17,3%.

**Tabela 4 Evolução das ocupações agrícolas, segundo a posição na ocupação; região Centro-Oeste, 1992-2004**

Posição na ocupação						
Anos	Total	Empregador	Empregado	Conta própria	Não remunerados	Trab. prod. próprio consumo
1992	1.270.432	71.356	473.677	223.657	235.588	266.154
1993	1.303.782	74.385	484.458	227.996	250.889	266.054
1995	1.227.293	59.841	479.337	237.602	212.356	238.157
1996	1.129.112	49.456	454.402	218.098	183.260	223.896
1997	1.139.345	49.151	475.385	223.357	166.145	225.307
1998	1.122.687	58.268	441.005	215.864	175.716	231.834
1999	1.185.252	52.593	481.850	219.382	184.270	247.157
2001	985.008	45.439	426.861	196.404	161.497	154.807
2002	1.019.077	52.565	426.338	227.676	139.310	173.188
2003	1.031.205	54.432	423.483	248.590	137.178	167.522
2004	1.061.511	45.052	447.908	235.280	149.641	183.630
<b>Var. 1992-2004</b>	<b>-208.921</b>	<b>-26.304</b>	<b>-25.769</b>	<b>11.623</b>	<b>-85.947</b>	<b>-82.524</b>
<b>Var. 1992-2004 (%)</b>	<b>-16,4</b>	<b>-36,9</b>	<b>-5,4</b>	<b>5,2</b>	<b>-36,5</b>	<b>-31,0</b>

Fonte: IBGE - Pnad.

A região Sudeste foi, isoladamente, a que mais contribuiu para a redução das ocupações na agricultura brasileira no período 1992-2004: 1,2 milhão de pessoas a menos, ou 58,1% do total observado para o Brasil. Os dados da tabela 5 evidenciam que todas as categorias, sem exceção, registraram queda no número de pessoas ocupadas. É sabido que o Sudeste vem registrando crescentes aumentos na mecanização da colheita das culturas de café e cana-de-açúcar, especialmente nos estados de Minas Gerais e São Paulo, o que causa importantes rebatimentos sobre o nível global da demanda da força de trabalho nas atividades agrícolas.

A categoria mais atingida foi a dos não remunerados, com redução de 436,2 mil pessoas (-53,0%). O número de trabalhadores na produção para o próprio consumo foi reduzido em 275,9 mil (-26,9%) e o de empregados em 234,6 mil (-12,2%). Finalmente, os empregadores tiveram queda de 30,7% no

total de ocupados (ou 65,1 mil pessoas a menos) e os conta própria sofreram redução de 22,5% (ou 162,8 mil agricultores familiares a menos).

Em 2004, os empregados, que sempre foram a categoria preponderante no período analisado, responderam por 47,8% do total da PEA agrícola do Sudeste. Os trabalhadores na produção para o próprio consumo vinham a seguir, com participação de 21,3% no total de ocupados.

**Tabela 5 Evolução das ocupações agrícolas, segundo a posição na ocupação; região Sudeste, 1992-2004**

Posição na ocupação							
Anos	Total	Empre- gador	Empre- gado	Conta própria	Não remunerados	Trab. prod. próprio consumo	Sem declaração
1992	4.708.064	212.178	1.923.033	722.267	823.441	1.027.145	-
1993	4.671.932	189.416	1.992.205	699.704	819.812	970.795	-
1995	4.328.366	207.452	1.760.888	702.111	751.991	904.272	1.652
1996	3.998.144	155.763	1.743.475	690.787	752.676	654.720	723
1997	3.804.388	171.650	1.667.947	657.683	600.190	706.918	-
1998	3.665.405	172.316	1.597.048	619.374	584.945	691.722	-
1999	4.098.220	171.947	1.744.225	635.330	663.670	883.048	-
2001	3.546.297	155.527	1.566.538	584.209	537.732	702.291	-
2002	3.601.818	128.145	1.575.571	593.673	477.869	826.560	-
2003	3.578.167	145.834	1.575.234	601.888	439.344	815.867	-
2004	3.533.351	147.061	1.688.397	559.425	387.205	751.263	-
<b>Var. 1992-2004</b>	<b>-1.174.713</b>	<b>-65.117</b>	<b>-234.636</b>	<b>-162.842</b>	<b>-436.236</b>	<b>-275.882</b>	-
<b>Var. 1992-2004 (%)</b>	<b>-25,0</b>	<b>-30,7</b>	<b>-12,2</b>	<b>-22,5</b>	<b>-53,0</b>	<b>-26,9</b>	-

Fonte: IBGE - Pnad.

Finalmente, no comportamento da região Sul valem dois comentários principais: primeiro, foi a segunda região que mais contribuiu com a redução da PEA agrícola no período 1992-2004. Ao todo, foram 684,6 mil pessoas a menos ocupadas na agricultura, ou 33,9% do total verificado no Brasil (tabela 6).

Segundo é que, tal como no Nordeste, as principais categorias de ocupados são as familiares. Em 2004, 59,0% da PEA agrícola do Sul do país era formada por conta própria e não remunerados, evidenciando o peso da agricultura de base familiar na região. A terceira categoria mais relevante era a dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, com participação de 20,3%. Diferentemente das demais regiões, no Sul os empregados ocupavam apenas a quarta posição na PEA agrícola, com 17,4% do total de pessoas ocupadas.

Pode-se notar que no período em questão as categorias de não remunerados e de empregados foram as mais atingidas pelas reduções na PEA agrícola (-32,7% e -17,6%). Somadas, as duas categorias perderam 597,3 mil pessoas, ou 87,2% do total registrado no encolhimento da PEA agrícola sulina.

**Tabela 6 Evolução das ocupações agrícolas, segundo a posição na ocupação; região Sul, 1992-2004**

Posição na ocupação							
Anos	Total	Empre-gador	Empre-gado	Conta própria	Não remunerados	Trab. prod. próprio consumo	Sem declaração
1992	3.866.991	102.347	670.922	957.494	1.466.171	670.057	-
1993	3.795.627	91.578	626.577	920.491	1.436.785	720.196	-
1995	3.616.156	111.827	639.909	867.111	1.319.874	677.435	-
1996	3.250.420	74.282	589.959	856.485	1.201.970	504.197	23.527
1997	3.161.656	101.868	590.662	830.332	1.109.406	528.595	793
1998	3.127.339	61.756	581.017	823.875	1.061.784	598.907	-
1999	3.192.673	81.647	589.874	785.122	1.047.786	688.244	-
2001	3.083.917	91.607	487.404	865.741	987.593	651.572	-
2002	3.256.356	77.323	497.313	905.260	1.041.330	735.130	-
2003	3.256.282	84.483	532.684	883.587	971.509	784.019	-
2004	3.182.434	105.806	552.668	889.562	987.153	647.245	-
<b>Var. 1992-2004</b>	<b>-684.557</b>	<b>3.459</b>	<b>-118.254</b>	<b>-67.932</b>	<b>-479.018</b>	<b>-22.812</b>	-
<b>Var. 1992-2004 (%)</b>	<b>-17,7</b>	<b>3,4</b>	<b>-17,6</b>	<b>-7,1</b>	<b>-32,7</b>	<b>-3,4</b>	-

Fonte: IBGE - Pnad.

### A qualidade do emprego na agricultura brasileira no período recente

Antes da análise propriamente dita, é importante dizer que este item incorpora a inclusão da área rural de toda a região Norte, marcando, desta forma, novo período de análise da PEA agrícola brasileira, agora podendo ser vista em sua totalidade. Os estudos sobre a PEA ocupada na agricultura brasileira iniciam novo ciclo pois podem analisar, também, os mais de um milhão de ocupados na agricultura nortista que possuem residência rural. Este item divide-se em duas partes: a primeira traz breve análise da evolução das ocupações e do emprego na agricultura no período 2004-2006; a segunda concentra-se na principal categoria de ocupados, os empregados, com ênfase na qualidade do emprego dentro do mercado de trabalho assalariado agrícola.

## **Evolução das ocupações e do emprego na agricultura no período 2004-2006**

O primeiro aspecto a ser destacado é a redução de 470 mil pessoas ocupadas na agricultura brasileira no período 2004-2006 (ou -2,6%). Como é sabido, 2006 foi um ano de crise de endividamento agrícola e interrompeu um ciclo favorável de expansão da agricultura brasileira que vinha desde o início dos anos 2000. Com exceção dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, que registraram expansão de 19,3% no período (ou 654 mil pessoas), as demais categorias registraram redução no número de ocupados. A maior queda foi verificada para os membros não remunerados da família (16,5% ou menos 703 mil pessoas ocupadas). Com isso, tal categoria, que já foi a principal em termos de ocupação na agricultura brasileira, passou a figurar em 2006 na quarta posição entre as diferentes categorias, ficando atrás, respectivamente, dos empregados, dos conta própria e dos trabalhadores na produção para o próprio consumo (tabela 7).

Em termos regionais, os melhores desempenhos foram observados nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, onde a PEA agrícola ocupada variou 5,0% e -1,1%, respectivamente. No Sudeste, as reduções verificadas nas categorias de empregadores e de empregados foram compensadas pelo crescimento nas demais posições na ocupação, com maior destaque para os trabalhadores na produção para o próprio consumo (18,5%). No Centro-Oeste, as principais reduções na PEA agrícola foram verificadas nas categorias de empregados (-6,9%) e de membros não remunerados da família (-19,8%).

Nas demais regiões, a redução da PEA agrícola foi a principal marca do período: quedas de 18,1% no Norte; de 3,3% no Sul; e de 2,4% no Nordeste. Na região Norte, que passou a ser coberta na íntegra desde 2004, as principais reduções foram para as categorias tidas como familiares: conta própria, com queda de 107 mil pessoas (ou -19,3%), e não remunerados, com redução de 165 mil pessoas (ou -32,7%).

A região Nordeste registrou redução de 194 mil pessoas ocupadas na agricultura no período em questão, sendo também as categorias familiares as mais atingidas: menos 189 mil conta própria e menos 370 mil membros não remunerados da família. A situação só não foi pior devido ao crescimento dos empregados (45 mil pessoas) e dos trabalhadores na produção para o próprio consumo (324 mil pessoas).

**Tabela 7 PEA agrícola ocupada;  
Brasil e grandes regiões, 2004-2006**

Em mil pessoas					
Brasil e Grandes Regiões	2004	2005	2006	Variação 2006/04	
				Absoluta	%
<b>Total Brasil</b>	<b>17.734</b>	<b>17.832</b>	<b>17.264</b>	<b>-470</b>	<b>-2,6</b>
Empregador	550	544	521	-29	-5,3
Empregado	4.892	4.913	4.773	-119	-2,4
Conta própria	4.642	4.460	4.370	-272	-5,9
Não remunerados	4.262	4.017	3.559	-703	-16,5
Trab. próprio consumo	3.387	3.898	4.041	654	19,3
<b>Norte</b>	<b>1.845</b>	<b>1.543</b>	<b>1.511</b>	<b>-334</b>	<b>-18,1</b>
Empregador	70	55	45	-25	-35,3
Empregado	353	311	321	-32	-9,1
Conta própria	554	469	447	-107	-19,3
Não remunerados	505	376	340	-165	-32,7
Trab. próprio consumo	363	332	358	-5	-1,3
<b>Nordeste</b>	<b>8.112</b>	<b>8.366</b>	<b>7.918</b>	<b>-194</b>	<b>-2,4</b>
Empregador	183	192	180	-3	-1,5
Empregado	1.849	1.972	1.894	45	2,4
Conta própria	2.404	2.274	2.215	-189	-7,9
Não remunerados	2.233	2.137	1.863	-370	-16,6
Trab. próprio consumo	1.442	1.791	1.766	324	22,4
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1.062</b>	<b>1.103</b>	<b>1.050</b>	<b>-12</b>	<b>-1,1</b>
Empregador	45	51	51	6	13,2
Empregado	448	454	417	-31	-6,9
Conta própria	235	234	231	-4	-1,8
Não remunerados	150	159	120	-30	-19,8
Trab. próprio consumo	184	205	231	47	25,8
<b>Sudeste</b>	<b>3.533</b>	<b>3.681</b>	<b>3.709</b>	<b>176</b>	<b>5,0</b>
Empregador	147	144	138	-9	-6,2
Empregado	1.688	1.672	1.671	-17	-1,0
Conta própria	559	611	602	43	7,6
Não remunerados	387	442	408	21	5,4
Trab. próprio consumo	751	812	890	139	18,5
<b>Sul</b>	<b>3.182</b>	<b>3.139</b>	<b>3.077</b>	<b>-105</b>	<b>-3,3</b>
Empregador	106	103	107	1	1,1
Empregado	553	504	471	-82	-14,8
Conta própria	890	872	875	-15	-1,6
Não remunerados	987	903	828	-159	-16,1
Trab. próprio consumo	647	757	796	149	23,0

Fonte: IBGE - Pnad.

No Sul, a redução da PEA agrícola no período em questão foi motivada pelas significativas quedas verificadas no número de pessoas ocupadas nas categorias de empregados (-82 mil pessoas, ou -14,8%) e de membros não remunerados da família (-159 mil pessoas, ou -16,1%). Também no Sul, o maior crescimento da PEA agrícola foi verificado entre os trabalhadores na produção para o próprio consumo (149 mil pessoas, ou 23,0%).

Como síntese desse período, pode-se dizer que o ano de 2006, marcado pela crise de endividamento, jogou para baixo a PEA agrícola brasileira. Por isso, as próximas estatísticas da Pnad serão muito relevantes para se verem as tendências de ocupação na agricultura. No período em questão, as categorias familiares foram as que sofreram as maiores baixas, principalmente os conta própria e os membros não remunerados da família. Em um cenário de forte expansão das políticas (e dos recursos) de apoio à agricultura familiar, essa questão mereceria melhor acompanhamento.

Na seqüência, serão discutidos os aspectos ligados à qualidade do emprego na agricultura brasileira, em função da relevância da categoria dos empregados, que são a principal categoria de ocupados desde o início dos anos 2000.

### **Características do mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira no período 2004-2006**

Este item analisa, com mais detalhes, o mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira no período 2004-2006. Os dados da tabela 8, obtidos pela expansão das amostras da Pnad indicadas na tabela 1 contida nos Procedimentos Metodológicos, mostram o universo dos empregados permanentes e temporários, para o qual é feita a análise de algumas das principais características do trabalho assalariado agrícola. Vale lembrar que o total de empregados foi obtido a partir da multiplicação do peso de cada pessoa entrevistada na pesquisa.

A análise a seguir está baseada nos dados apresentados nas tabelas de números 1A a 6A, presentes no Anexo Estatístico. É importante destacar que as dimensões do mercado de trabalho assalariado contempladas são as de nível educacional dos empregados, de grau de formalidade, de rendimentos obtidos no trabalho principal e de benefícios recebidos pelos empregados.

O objetivo é apresentar de forma comparativa alguns dos principais indicadores de qualidade do emprego na agricultura, visando mostrar as discrepâncias entre as diferentes categorias de empregados, reforçando uma tendência de polarização dentro do mercado de trabalho assalariado agrícola. O que se pretende mostrar é que há fortes contrastes entre a

qualidade do emprego dos empregados permanentes e dos empregados temporários. Isto é, os empregados pertencentes ao segmento mais estruturado do mercado de trabalho assalariado agrícola foram os principais beneficiários pelo desempenho da agricultura brasileira no período recente. A polarização da qualidade do emprego pode ser observada tanto no nível agregado do Brasil quanto nas desagregações por grandes regiões.

**Tabela 8 Pessoas ocupadas na semana de referência na condição de empregado permanente e empregado temporário, segundo a área e a região. Brasil e grandes regiões, 2004-2006**

Brasil e Grandes Regiões	Empregado permanente					
	Urbano			Rural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Centro-Oeste	101.516	103.543	92.899	194.333	201.405	178.802
Nordeste	209.897	215.725	217.020	439.342	474.201	441.370
Norte	39.015	37.542	33.026	94.871	100.104	81.113
Sudeste	362.378	383.939	394.797	464.127	480.445	484.749
Sul	92.490	82.510	82.355	200.263	183.820	161.671
<b>Total de Brasil</b>	<b>805.296</b>	<b>823.259</b>	<b>820.097</b>	<b>1.392.936</b>	<b>1.439.975</b>	<b>1.347.705</b>

Brasil e Grandes Regiões	Empregado temporário					
	Urbano			Rural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Centro-Oeste	87.312	87.118	81.085	53.405	46.216	49.948
Nordeste	375.667	368.236	356.847	748.732	837.923	798.528
Norte	92.987	66.968	75.924	105.766	83.741	112.687
Sudeste	484.127	405.736	429.309	291.542	319.502	272.393
Sul	113.946	94.972	89.605	99.872	87.694	86.035
<b>Total de Brasil</b>	<b>1.154.039</b>	<b>1.023.030</b>	<b>1.032.770</b>	<b>1.299.317</b>	<b>1.375.076</b>	<b>1.319.591</b>

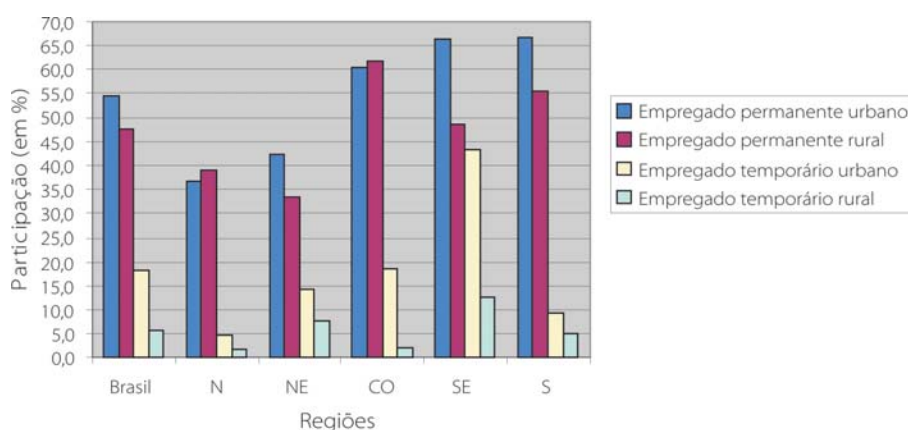
Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pnad.

### A polarização no grau de formalidade

De acordo com os dados da Pnad, prevaleciam condições muito mais favoráveis para os empregados permanentes: em 2006, 54,4% e 47,5%, respectivamente, dos permanentes com residência urbana e rural tinham registro em carteira, contra apenas 18,1% dos temporários urbanos e 5,8% dos temporários rurais (gráfico 4). É possível perceber que este quadro se repetiu para as cinco regiões, com apenas uma exceção: os empregados

temporários com residência urbana da região Sudeste, que apresentaram participação de 43,4% de carteira assinada em 2006. Este valor foi cerca de 2,5 vezes maior que a média nacional da categoria (18,1%) e muito superior às médias verificadas para os empregados temporários nas demais situações. Ele é explicado pelas participações do empregados temporários ocupados nas culturas da cana-de-açúcar e do café, para as quais o Sudeste representa um dos principais produtores nacionais e nas quais é elevado o nível de formalidade do emprego.

**Gráfico 4 Participação dos empregados com carteira assinada, segundo a categoria; Brasil e grandes regiões, 2006**



Fonte: IBGE - Pnad.

Em termos regionais, os maiores níveis de formalização do emprego, em 2006, foram observados para os empregados permanentes das regiões Centro-Oeste (60,3% de carteira assinada para os urbanos e 61,6% para os rurais), Sudeste (66,3% de carteira assinada para os urbanos e 48,7% para os rurais) e Sul (66,6% de carteira assinada para os urbanos e 55,3% para os rurais). Em contrapartida, as piores situações foram para os empregados temporários rurais: apenas 1,7% com carteira assinada na região Norte; 7,6% no Nordeste; 2,1% no Centro-Oeste; 12,5% no Sudeste; e 5,0% no Sul.

Em linhas gerais, os dados referentes à participação dos empregados na agricultura brasileira com contribuição para a Previdência Social mostram quadro muito semelhante ao apresentado para o indicador de carteira assinada e assim não será repetida sua análise. Isto porque a formalidade é uma das importantes condições para a obtenção das aposentadorias pelos empregados. Apenas mereceria ser reafirmada a importância de medidas que possibilitem a expansão da base dos contribuintes da Previdência



Social, não só pelo fato de se garantir a sustentabilidade do sistema de seguridade social, mas também porque os benefícios previdenciários urbanos e rurais têm se constituído em recursos da maior relevância para a melhoria do bem-estar da população e para a dinamização de muitas economias locais. Se é verdade que mais da metade dos empregados permanentes na agricultura brasileira está coberta pela seguridade social, também é fato a situação dramática dos empregados temporários, principalmente dos residentes nas regiões rurais menos desenvolvidas.

### **A polarização nos rendimentos do trabalho principal**

O primeiro aspecto a destacar é que no período 2004-2006 apenas duas categorias não tiveram ganhos reais no rendimento mensal: os empregados temporários urbanos da região Norte (queda de 1,4% ao ano) e os empregados permanentes da região Nordeste (redução de 2,8% ao ano). Para as demais, foram verificados aumentos reais que variaram de 0,6% ao ano até 13,5% ao ano.

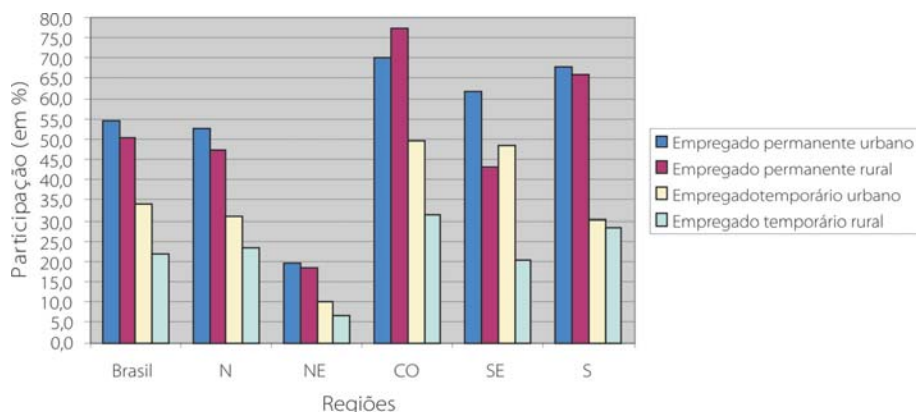
Um fato a ressaltar é que, para os empregados temporários, as participações dos que recebiam mais de um salário mínimo mensal ficaram bem abaixo das médias observadas para os permanentes. Em 2006, para o total de Brasil, 21,9% e 33,9%, respectivamente, dos empregados temporários com residência rural e urbana recebiam mais de um salário mínimo mensalmente (contra 50,4% e 54,5%, respectivamente, dos permanentes rurais e urbanos) (gráfico 5).

Para as regiões a situação foi bastante semelhante, mas algumas diferenciações importantes devem ser pontuadas, como é o caso dos temporários rurais e urbanos no Centro-Oeste (31,2% e 49,4%, respectivamente, recebiam mais de um salário mínimo mensal, em 2006) e dos temporários urbanos no Sudeste (48,5% recebiam mais de um salário mínimo por mês, em 2006, valor que superou os empregados permanentes rurais, em que a participação dos que recebiam mais do que o mínimo vigente foi de 43,0%).

Ainda quanto às diferentes regiões, três resultados chamam a atenção: a) os melhores indicadores para os empregados permanentes em todas elas; b) a situação muito desfavorável da região Nordeste, cujos indicadores para todas as categorias estão sistematicamente bem abaixo das médias nacionais (19,7% para os permanentes urbanos; 18,6% para os permanentes rurais; 10,2% para os temporários urbanos; e 6,6% para os temporários rurais, em 2006); c) a situação muito discrepante dos empregados temporários rurais de duas regiões desenvolvidas, o Sudeste (20,4% recebiam mais de

um salário mínimo mensal, em 2006) e o Sul (28,2% recebiam mais de um salário mínimo mensal, em 2006).

**Gráfico 5 Participação dos empregados que recebiam mais de um salário mínimo por mês, segundo a categoria; Brasil e grandes regiões, 2006**



Fonte: IBGE - Pnad.

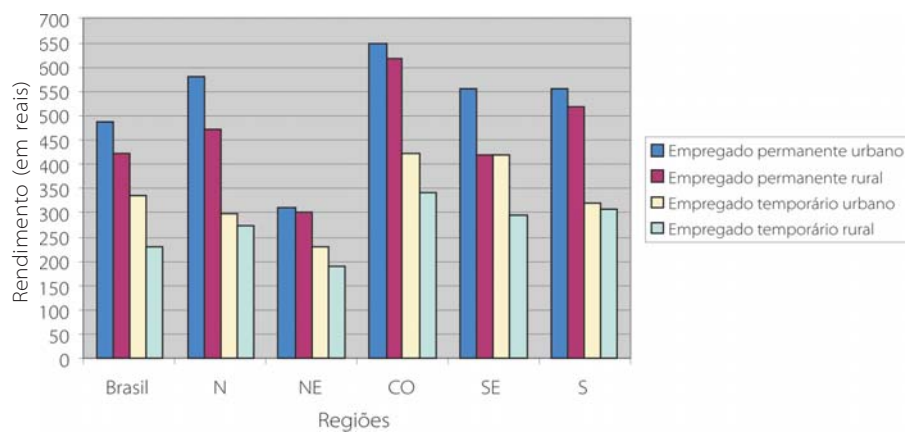
Aliás, em termos regionais, o Centro-Oeste e o Nordeste são os extremos em relação ao indicador de participação dos empregados que recebiam mais de um salário mínimo por mês. Em 2006, enquanto 70,0% dos empregados permanentes com residência urbana no Centro-Oeste tinham rendimentos acima do salário mínimo, no Nordeste o valor foi de 19,7%. Para os empregados permanentes com residência rural, os valores respectivos foram de 77,3% e 18,6%. Já para os empregados temporários, os valores foram de 49,4% e 10,2% e de 31,2% e 6,6%, respectivamente, para os residentes urbanos e rurais das duas regiões.

Quanto ao rendimento médio mensal, pode-se observar que para o total de Brasil os temporários rurais recebiam, em 2006, 68,8%, 54,9% e 47,5% do que recebiam, respectivamente, os temporários urbanos, os permanentes rurais e os permanentes urbanos. Este comportamento de menores salários para os empregados temporários também foi o padrão dominante nas regiões (gráfico 6).

Os dados regionais evidenciam que o Centro-Oeste teve em 2006 (mas também nos demais anos) os maiores rendimentos médios mensais para todas as categorias de empregados, ao passo que o Nordeste

apresentou os menores rendimentos para todas as categorias de empregados na agricultura brasileira. Para se ter idéia das diferenças, basta dizer que o rendimento médio dos empregados permanentes urbanos do Centro-Oeste foi de R\$ 647,75 em 2006, ao passo que o rendimento médio dos empregados temporários rurais do Nordeste ficou em apenas R\$ 188,73.

**Gráfico 6 Rendimento médio mensal dos empregados, segundo a categoria; Brasil e grandes regiões, 2006**



Fonte: IBGE - Pnad.

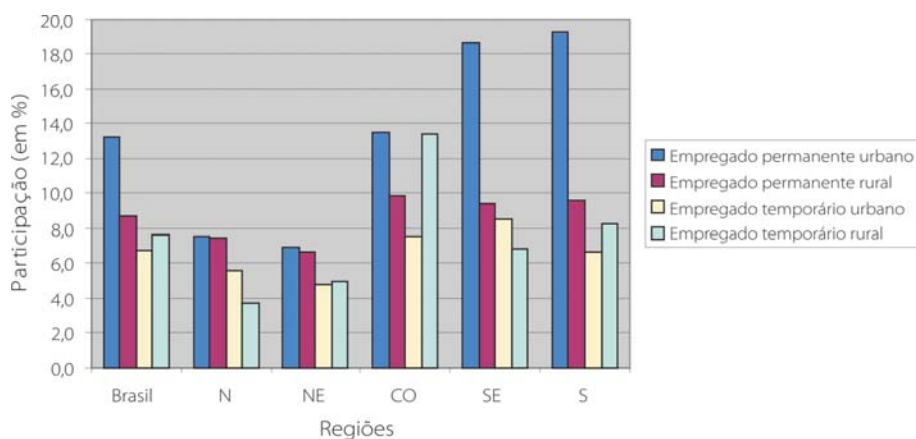
### A polarização no nível educacional

As maiores diferenças no indicador de participação dos empregados com oito anos ou mais de estudo parecem ser a favor dos empregados permanentes com residência urbana, que quase sempre apresentam nível de participação maior que as demais categorias. Também vale destacar que, em função da expansão do ensino público, é comum observar condições de participação semelhantes entre os permanentes rurais e os temporários urbanos e rurais, o que torna a polarização mais branda neste caso, comparativamente aos indicadores anteriormente analisados.

Em 2006, para o total de Brasil, 13,2% dos empregados permanentes com residência urbana tinham oito ou mais anos de estudo. Para as demais categorias, os valores foram bem mais baixos (8,7% para os permanentes rurais, 6,7% para os temporários urbanos e 7,6% para os temporários rurais). No Norte e Nordeste, os indicadores estão bem inferiores às médias nacional e regionais (gráfico 7).

No período 2004-2006, as maiores participações de empregados com oito anos ou mais de estudo foram registradas para os empregados permanentes com residência urbana nas regiões Sul e Sudeste. No último ano, 19,3% e 18,6%, respectivamente, tinham este nível de escolaridade. Em oposição, os piores indicadores foram observados para os empregados temporários (rurais e urbanos) das regiões Norte e Nordeste.

**Gráfico 7 Participação dos empregados com oito anos ou mais de estudo, segundo a categoria; Brasil e grandes regiões, 2006**



Fonte: IBGE - Pnad.

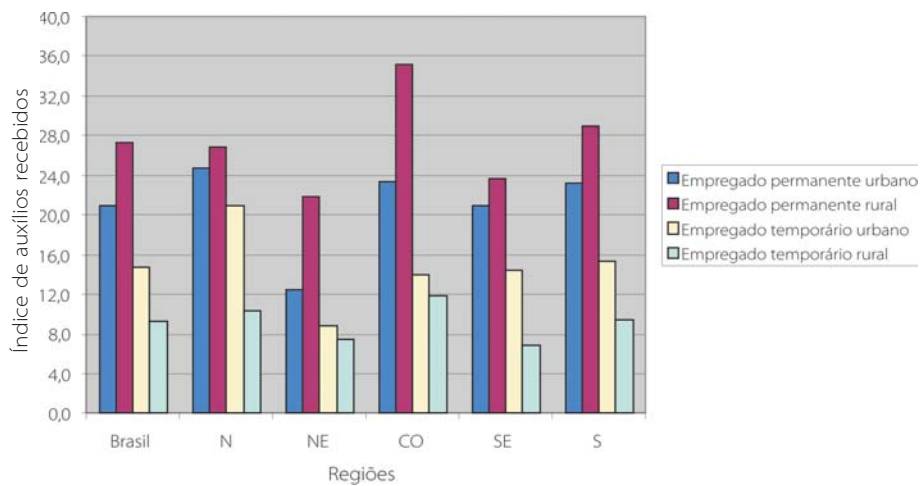
### A polarização nos auxílios recebidos

Neste item optou-se por trabalhar com o conjunto dos auxílios recebidos e não com um indicador em separado, como feito nos tópicos anteriores. Com isto fica melhor a visualização a partir do índice parcial de auxílios recebidos, que foi construído a partir da metodologia descrita nos procedimentos metodológicos.

No total de Brasil, em que pese a leve queda no período em questão, os empregados permanentes com residência rural apresentaram o maior valor para o índice no período analisado (27,3 no ano de 2006), um pouco superior ao dos empregados permanentes urbanos (21,0). No entanto, ambos os valores estavam bem acima daqueles calculados para os empregados temporários (14,7 para os urbanos e apenas 9,2 para os rurais).

Este foi o comportamento padrão para as regiões. Novamente, a região Nordeste foi a que apresentou os menores índices de auxílios recebidos. De forma geral, a categoria mais desfavorecida foi a dos temporários rurais (gráfico 8). O comportamento oscilante (com várias quedas) verificado para o índice de auxílios recebidos é coerente com o enfraquecimento dos movimentos sindicais na agricultura brasileira no período recente, quando muitas cláusulas tidas como sociais foram suprimidas dos contratos coletivos de trabalho.

**Gráfico 8 Índice de auxílios recebidos pelos empregados, segundo a categoria; Brasil e grandes regiões, 2006**



Fonte: IBGE - Pnad.

É sempre bom lembrar que o auxílio-moradia é o mais relevante para os empregados permanentes com residência rural, seguido pelo auxílio-alimentação; os auxílios-alimentação, transporte e moradia são os mais relevantes para os permanentes urbanos; os auxílios-alimentação e transporte são os mais relevantes para os temporários urbanos; o auxílio-alimentação é, destacadamente, o mais importante para os temporários rurais; o auxílio-educação é inexpressivo em todas as categorias; e o auxílio-saúde tem maior relevância para os empregados permanentes urbanos e rurais, principalmente para aqueles das regiões Sul e Sudeste.

Em 2006, os maiores índices parciais de auxílios recebidos foram registrados para os empregados permanentes com residência rural nas regiões Centro-Oeste (35,2) e Sul (29,0). Já os dois piores foram observados para os empregados temporários rurais das regiões Sudeste (6,9) e Nordeste (7,5).

### O ranking do IQE

Após as análises para o total de Brasil e para as cinco grandes regiões, pode-se fazer um *ranking* dos índices obtidos, de modo a se saber qual categoria de empregado, em que região, apresentou a melhor qualidade do emprego agrícola, dentro dos limites metodológicos adotados. Este *ranking*, feito com base no ano de 2006, está apresentado na tabela 9.

**Tabela 9 Índice de qualidade do emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos temporários; Brasil e grandes regiões, 2004-2006**

Categorias	IQE		
	2004	2005	2006
Empregado permanente rural – Centro-Oeste	60,0	60,6	61,9
Empregado permanente urbano – Centro-Oeste	58,1	60,5	58,6
Empregado permanente urbano – Sul	55,8	57,0	58,1
Empregado permanente urbano – Sudeste	53,7	56,8	56,4
Empregado permanente rural – Sul	53,3	54,1	54,5
<b>Empregado permanente urbano - Brasil</b>	<b>49,2</b>	<b>50,4</b>	<b>49,5</b>
Empregado permanente urbano – Norte	46,7	44,7	47,9
<b>Empregado permanente rural - Brasil</b>	<b>46,4</b>	<b>45,9</b>	<b>46,3</b>
Empregado permanente rural – Norte	41,2	41,9	45,0
Empregado permanente rural – Sudeste	45,6	46,3	44,6
Empregado temporário urbano – Sudeste	42,2	40,3	43,6
Empregado temporário urbano – Centro-Oeste	36,2	38,2	38,3
Empregado permanente urbano – Nordeste	36,0	33,7	32,9
<b>Empregado temporário urbano - Brasil</b>	<b>31,2</b>	<b>31,7</b>	<b>32,9</b>
Empregado permanente rural – Nordeste	30,6	30,8	31,7
Empregado temporário urbano – Sul	26,7	29,7	30,3
Empregado temporário rural – Centro-Oeste	31,2	31,2	29,7
Empregado temporário urbano – Norte	30,4	31,1	29,7
Empregado temporário rural – Sudeste	25,7	27,3	28,0
Empregado temporário rural – Sul	26,6	28,3	27,4
Empregado temporário rural – Norte	27,4	25,2	25,3
<b>Empregado temporário rural - Brasil</b>	<b>24,2</b>	<b>24,7</b>	<b>24,6</b>
Empregado temporário urbano – Nordeste	21,0	21,3	22,8
Empregado temporário rural – Nordeste	18,5	18,9	19,8

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pnad.

Pode-se observar que a região Centro-Oeste apresentou os dois melhores IQEs regionais, com os empregados permanentes rurais em primeiro e os empregados permanentes urbanos em segundo. A seguir vieram os empregados permanentes urbanos da região Sul, os empregados permanentes urbanos da região Sudeste e os empregados permanentes rurais da região Sul. Estas cinco categorias tiveram IQE acima do melhor IQE calculado para o total de Brasil, que foi o dos empregados permanentes urbanos.

Em contrapartida, a região Nordeste apresentou os dois piores IQEs obtidos para os empregados temporários urbanos e para os empregados temporários rurais. É interessante notar que os melhores IQEs da região Nordeste, dos empregados permanentes urbanos e rurais, somente são maiores que os IQEs das categorias de empregados temporários das demais regiões. Ou seja, na média, a melhor condição de emprego no Nordeste é relativamente próxima às piores condições de emprego nas demais regiões, o que ainda alimenta o debate sobre a necessidade de políticas para a redução das desigualdades regionais.

A partir dos resultados apresentados nos dois itens anteriores, pode-se colocar a seguinte questão: o que influi na polarização do mercado de trabalho assalariado na agricultura? Ainda à guisa de conclusões mais seguras, poderiam ser elencados, além dos fatores mais abrangentes observados no mercado de trabalho em geral, alguns fatores mais específicos da agricultura brasileira no período recente (BALSADI, 2007).

Entre os primeiros, estão o aumento da heterogeneidade do mercado de trabalho; a tendência à precarização das relações de trabalho, com o aumento das desigualdades entre as categorias de trabalhadores e a dificuldade de expansão das atividades formais *vis-à-vis* as informais; o menor ritmo de crescimento das ocupações mais bem remuneradas e mais exigentes em qualificação *vis-à-vis* a forte expansão das ocupações mais precárias, que mesmo fazendo uso de mão-de-obra mais escolarizada, normalmente o faz para atividades rotineiras e de pouca criatividade; e a continuidade do processo de reestruturação produtiva e de incorporação de modernas tecnologias, quase sempre poupadoras de força de trabalho, visando ampliar os ganhos de produtividade e aumentar a competitividade.

Entre os fatores mais específicos da agricultura, poderiam ser citados os seguintes, sem nenhuma pretensão de esgotá-los ou hierarquizá-los:

- a crescente especialização da produção nas principais *commodities* internacionais, que são componentes importantes da pauta de exportações brasileira;

- a marcante diferença de rentabilidade das atividades mais dinâmicas *vis-à-vis* as mais tradicionais, sendo que as últimas têm enormes dificuldades em formalizar e remunerar bem a força de trabalho, tanto a contratada quanto a familiar;
- o processo de modernização e mecanização que se aprofundou na agricultura de grande escala, a qual emprega poucos trabalhadores qualificados e muitos com baixa qualificação;
- a crescente importância do processo de externalização ou terceirização das atividades agrícolas para as empresas prestadoras de serviços na agricultura;
- a maior fiscalização por órgãos nacionais nas empresas agrícolas de maior porte, exportadoras ou não, para evitar abusos e desrespeitos aos direitos sociais, trabalhistas e ambientais, o que as obrigou a melhor cumprir a legislação trabalhista;
- a crescente busca por certificações (diversas modalidades da ISO) que garantam melhor inserção dos produtos agropecuários em mercados mais exigentes, o que tem efeitos positivos na melhoria da qualidade do trabalho nas atividades econômicas mais sustentáveis;
- o aparecimento e/ou expansão de algumas "novas profissões", como é o caso do especialista em manejo integrado de pragas, dos operadores das novas máquinas e implementos agrícolas, do especialista em produção agroecológica, do especialista em inseminação artificial e reprodução animal, do especialista em qualidade do produto nas fases de colheita e pós-colheita, entre outras – vale dizer que estas "profissões" contrastam com a maioria da força de trabalho utilizada nas tradicionais atividades ligadas aos tratos culturais e à colheita, por exemplo, tanto em termos de formalidade quanto de remuneração;
- a grande importância que ainda tem a mão-de-obra temporária nas atividades agropecuárias, especialmente na colheita de algumas grandes culturas (cana, laranja, café, mandioca, para citar algumas) – em muitas



atividades ela é muito superior à mão-de-obra permanente;

- a fraca representação e organização sindical desta categoria de trabalhadores temporários, com exceção de determinadas culturas em algumas regiões produtoras.

### **Considerações finais**

O presente artigo teve como objetivo analisar a evolução das ocupações e do emprego na agricultura brasileira no período 1992-2006, com base nos dados das Pnads. A partir da série histórica pesquisada, pode-se projetar uma tendência futura de continuidade da redução das ocupações agrícolas, em que os membros não remunerados da família devem continuar sendo a categoria mais afetada pelas reduções. Como a Pnad 2006 apontou, pela primeira vez neste início de século XXI, a redução no número de empregados, um olhar mais atento deve ser dirigido para esta categoria no futuro próximo, para se ver qual será o seu comportamento.

Finalmente, alguns pontos comuns que devem constar de soluções para os velhos problemas do mercado de trabalho agrícola: deve-se propiciar a maior organização dos trabalhadores temporários na busca por contratos de trabalho mais dignos, como forma de amenizar a polarização na qualidade do emprego; deve-se incentivar os investimentos em atividades agrícolas e não agrícolas mais dinâmicas nas regiões menos favorecidas, de modo a gerar empregos de melhor qualidade e ampliar os ganhos monetários das pessoas e das famílias; e deve-se fortalecer as políticas de desenvolvimento local/regional (enfoque territorial) que visem à redução das disparidades e das desigualdades sociais.

## Referências

BALSADI, O.V. *O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira no período 1992-2004 e suas diferenciações regionais*. 2007. Tese (doutorado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

BALSADI, O.V. Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 90. Campinas, IE/Unicamp, 2000, (Dissertação de Mestrado).

BALSADI, O. V.; BORIN, M. R.; GRAZIANO DA SILVA, J.; BELIK, W. Transformações tecnológicas e a força de trabalho na agricultura brasileira no período 1990-2000. *Agricultura em São Paulo*. São Paulo: IEA, 49(1): 23-40, 2002.

BUANAIN, A. M. *Trajetória recente da política agrícola brasileira – da intervenção planejada à intervenção caótica*. Campinas: IE/Unicamp, 2005, (Tese de doutoramento).

FIGUEIREDO, N. M. S. de; CORRÊA, A. M. C. J. Tecnologia na agricultura brasileira: indicadores de modernização no início dos anos 2000. *Texto para Discussão n. 1163*. Brasília: Ipea, fevereiro de 2006, 32p.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; BACCHI, M. R. P. *Produtividade e fontes de crescimento da agricultura brasileira*. Brasília: MAPA, 2007, 16p.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Velhos e novos mitos do rural brasileiro*. Campinas: Unicamp/IE, 02 out. 2001. In: Seminário o Novo Rural Brasileiro, 2. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/rurbano.html>>. Acesso em: out. 2007.

GRAZIANO DA SILVA; BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M. E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 50-64, abr./jun. 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Rio de Janeiro, v.24, 2006, 27p.

SENSOR RURAL Seade. São Paulo: Seade, n. 14, jan./abr. 2001.

ANEXO ESTATÍSTICO

**Tabela 1A Índice de qualidade do emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários; Brasil, 2004-2006**

Índices parciais e IQE	Emprego permanente						Emprego temporário									
	Urbano			Rural			Urbano			Rural						
	2004	2005	2006	Tx. Cresc. (1)	2004	2005	2006	Tx. Cresc. (1)	2004	2005	2006	Tx. Cresc. (1)				
Indalf	77,7	80,0	78,3	0,4	76,4	77,0	77,2	0,5	73,1	73,0	74,1	0,7	73,0	75,4	77,8	3,2
Indesc1	39,6	39,3	37,5	-2,7	45,4	45,9	42,3	-3,4	42,7	42,4	42,0	-0,8	44,0	47,2	41,9	-2,5
Indesc2	13,3	12,7	13,2	-0,6	6,6	6,9	8,7	14,6	5,9	6,9	6,7	7,0	5,0	6,1	7,6	22,6
<b>INDEUDC</b>	<b>35,0</b>	<b>35,1</b>	<b>34,3</b>	<b>-1,0</b>	<b>33,8</b>	<b>34,3</b>	<b>33,8</b>	<b>0,0</b>	<b>31,9</b>	<b>32,2</b>	<b>32,2</b>	<b>0,5</b>	<b>32,0</b>	<b>34,1</b>	<b>33,2</b>	<b>2,0</b>
Ninf	98,0	98,8	98,6	0,3	98,6	98,6	98,4	-0,1	96,3	97,7	97,1	0,4	95,9	94,6	95,9	0,0
Jorn	37,3	38,3	39,8	3,2	34,6	37,0	41,0	8,9	45,7	47,3	51,3	5,9	51,8	59,2	61,5	8,9
Cart	50,0	51,2	54,4	4,3	49,6	46,1	47,5	-2,1	14,2	14,7	18,1	12,6	4,8	4,6	5,8	9,2
Prev	50,6	52,7	56,0	5,3	50,4	47,2	48,6	-1,8	14,6	15,3	19,3	14,9	5,2	4,9	6,2	9,1
<b>INDFORMAL</b>	<b>60,2</b>	<b>61,5</b>	<b>63,7</b>	<b>2,9</b>	<b>59,8</b>	<b>57,9</b>	<b>59,3</b>	<b>-0,4</b>	<b>37,8</b>	<b>38,7</b>	<b>41,4</b>	<b>4,6</b>	<b>32,4</b>	<b>32,8</b>	<b>34,2</b>	<b>2,7</b>
Npob	62,4	59,9	54,5	-6,6	56,1	53,0	50,4	-5,2	38,2	35,5	33,9	-5,8	27,7	25,1	21,9	-11,0
Rendc (2)	444,24	485,66	486,88	4,7	374,79	395,09	421,75	6,1	291,04	304,89	336,57	7,5	202,80	220,37	231,43	6,8
Rendo (3)	57,1	65,8	66,1	7,6	42,4	46,7	52,3	11,1	24,8	27,7	34,4	17,8	6,1	9,9	12,2	40,8
<b>INDREDA</b>	<b>60,3</b>	<b>62,3</b>	<b>59,1</b>	<b>-1,0</b>	<b>50,6</b>	<b>50,5</b>	<b>51,2</b>	<b>0,5</b>	<b>32,8</b>	<b>32,4</b>	<b>34,1</b>	<b>1,9</b>	<b>19,0</b>	<b>19,0</b>	<b>18,0</b>	<b>-2,8</b>
Auxmor	26,3	24,3	20,7	-11,1	68,6	67,1	66,1	-1,9	10,7	13,9	12,5	8,3	13,4	10,8	12,2	-4,4
Aualim	40,4	41,8	38,3	-2,6	31,8	34,9	30,1	-2,8	26,7	28,9	25,3	-2,6	23,3	27,0	25,1	4,0
Auxtrans	33,9	36,2	33,9	0,1	10,1	10,3	12,1	9,5	28,5	33,9	34,0	9,2	9,1	7,1	9,5	2,1
Auxeduc	0,9	0,6	0,8	-6,9	1,1	0,6	1,1	0,0	0,2	0,0	0,2	6,9	0,2	0,2	0,2	-13,4
Ausau	6,9	7,4	8,8	12,6	6,1	5,8	6,3	1,6	1,6	2,7	2,6	24,9	2,3	1,1	1,2	-28,7
<b>INDAUX</b>	<b>22,4</b>	<b>22,6</b>	<b>21,0</b>	<b>-3,3</b>	<b>28,1</b>	<b>28,0</b>	<b>27,3</b>	<b>-1,3</b>	<b>13,4</b>	<b>15,8</b>	<b>14,7</b>	<b>5,0</b>	<b>9,5</b>	<b>8,8</b>	<b>9,2</b>	<b>-1,2</b>
<b>IQE</b>	<b>49,2</b>	<b>50,4</b>	<b>49,5</b>	<b>0,3</b>	<b>46,4</b>	<b>45,9</b>	<b>46,3</b>	<b>-0,1</b>	<b>31,2</b>	<b>31,7</b>	<b>32,9</b>	<b>2,8</b>	<b>24,2</b>	<b>24,7</b>	<b>24,6</b>	<b>0,8</b>

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pnad.

(1) Taxa geométrica de crescimento, em % a.a.

(2) Rendimento médio mensal, em reais, corrigido pelo INPC, do IBGE, para dezembro de 2006.

(3) Rendimento médio mensal padronizado pelo método dos valores máximos e mínimos.

**Tabela 2A Índice de qualidade do emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários; região Norte, 2004-2006**

Índices parciais e IQE	Empregado permanente						Empregado temporário								
	Urbano			Rural			Urbano			Rural					
	2004	2005	2006	Tx. cresc. (1)	2004	2005	2006	Tx. cresc. (1)	2004	2005	2006	Tx. cresc. (1)			
Indalf	75,2	78,7	71,7	-2,4	71,9	75,2	72,8	0,6	69,8	70,9	73,7	2,8	79,3	74,0	-3,4
Indesc1	36,4	34,1	36,4	0,1	47,3	53,3	39,0	-9,2	44,2	43,6	45,9	2,0	51,7	47,8	-8,1
Indesc2	13,3	10,7	7,5	-25,0	2,9	2,5	7,4	60,2	6,6	4,6	5,6	-8,0	5,6	3,5	-18,4
<b>INDEDUC</b>	<b>33,4</b>	<b>32,0</b>	<b>30,1</b>	<b>-5,0</b>	<b>32,0</b>	<b>34,6</b>	<b>31,2</b>	<b>-1,2</b>	<b>32,1</b>	<b>31,2</b>	<b>33,0</b>	<b>1,4</b>	<b>36,2</b>	<b>32,7</b>	<b>-6,8</b>
Ninf	99,6	98,1	97,6	-1,0	98,1	98,0	98,2	0,1	97,8	97,2	97,5	-0,2	93,4	94,9	1,5
Jorn	40,5	28,6	31,4	-12,0	35,5	36,1	46,9	14,9	42,6	41,4	50,4	8,7	52,9	54,3	8,7
Cart	35,5	28,7	36,6	1,6	29,2	28,1	38,9	15,3	3,9	4,2	4,9	11,6	2,2	1,7	-11,3
Prev	35,5	30,5	38,5	4,2	29,2	29,0	38,9	15,3	4,2	5,6	5,2	10,4	2,6	1,7	0,4
<b>INDFORMAL</b>	<b>51,4</b>	<b>45,9</b>	<b>51,2</b>	<b>-0,3</b>	<b>46,5</b>	<b>46,1</b>	<b>54,1</b>	<b>7,8</b>	<b>31,2</b>	<b>31,4</b>	<b>32,6</b>	<b>2,3</b>	<b>30,3</b>	<b>30,4</b>	<b>2,7</b>
Npob	59,4	59,4	52,7	-5,8	51,4	49,7	47,4	-4,0	37,7	38,1	31,0	-9,3	33,3	24,6	-16,6
Rendc(2)	449,15	453,72	578,98	13,5	379,62	398,30	470,34	11,3	305,80	314,48	297,05	-1,4	257,60	272,32	3,3
Rendp(3)	58,1	59,1	85,5	21,3	43,4	47,4	62,6	20,0	27,9	29,7	26,0	-3,4	17,7	20,8	9,8
<b>INDRENDA</b>	<b>58,9</b>	<b>59,3</b>	<b>65,8</b>	<b>5,7</b>	<b>48,2</b>	<b>48,8</b>	<b>53,5</b>	<b>5,3</b>	<b>33,8</b>	<b>34,7</b>	<b>29,0</b>	<b>-7,3</b>	<b>27,1</b>	<b>23,1</b>	<b>-8,9</b>
Auxmor	49,9	42,8	39,0	-11,7	70,7	65,6	64,9	-4,2	25,5	30,6	31,8	11,7	15,1	7,4	13,9
Auxalim	53,6	57,8	52,4	-1,2	34,6	44,7	33,0	-2,3	48,6	50,9	42,4	-6,6	35,3	40,2	-2,2
Auxtrans	21,4	17,1	20,1	-3,1	3,7	5,1	6,4	31,3	13,8	21,3	22,4	27,3	1,6	6,1	4,2
Auxeduc	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,6	1,5	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Auxsau	2,9	2,7	3,1	3,1	3,9	4,1	6,5	28,8	0,9	1,8	1,7	34,9	0,0	0,0	-
<b>INDAUX</b>	<b>28,0</b>	<b>26,2</b>	<b>24,7</b>	<b>-6,0</b>	<b>27,7</b>	<b>28,2</b>	<b>26,9</b>	<b>-1,4</b>	<b>18,9</b>	<b>22,2</b>	<b>21,0</b>	<b>5,2</b>	<b>10,6</b>	<b>9,7</b>	<b>-1,1</b>
<b>IQE</b>	<b>46,7</b>	<b>44,7</b>	<b>47,9</b>	<b>1,2</b>	<b>41,2</b>	<b>41,9</b>	<b>45,0</b>	<b>4,5</b>	<b>30,4</b>	<b>31,1</b>	<b>29,7</b>	<b>-1,2</b>	<b>27,4</b>	<b>25,2</b>	<b>-4,0</b>

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pnad.

(1) Taxa geométrica de crescimento, em% a.a.

(2) Rendimento médio mensal, em reais, corrigido pelo INPC, do IBGE, para dezembro de 2006.

(3) Rendimento médio mensal padronizado pelo método dos valores máximos e mínimos.

**Tabela 3A Índice de qualidade do emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários; região Nordeste, 2004-2006**

Índices parciais e IQE	Empregado permanente						Empregado temporário									
	Urbano			Rural			Urbano			Rural						
	2004	2005	2006	Tx. cresc. (1)	2004	2005	2006	Tx. cresc. (1)	2004	2005	2006	Tx. cresc. (1)				
Indalf	64,0	63,8	63,8	0,1	53,2	55,5	59,1	5,4	65,6	59,9	63,7	-1,5	60,3	61,9	64,4	3,4
Indesc1	36,0	37,8	39,1	4,1	37,6	34,5	38,3	1,0	41,1	39,3	38,7	-2,9	41,5	41,1	40,0	1,8
Indesc2	9,8	8,5	6,9	-16,0	2,9	4,3	6,6	50,5	3,1	4,7	4,8	23,5	2,0	4,4	4,9	55,5
<b>INDEDUC</b>	29,5	29,4	29,3	-0,4	24,9	24,9	28,0	5,9	28,7	27,6	28,2	-0,8	27,3	28,5	28,8	2,8
Ninf	97,8	98,1	98,0	0,1	97,8	98,7	98,0	0,1	96,3	97,2	97,0	0,4	95,8	94,9	96,1	0,1
Jorn	48,5	49,3	53,4	4,9	49,5	51,7	54,8	5,2	63,0	62,7	65,1	1,7	74,8	78,4	76,6	1,2
Cart	43,0	41,6	42,1	-1,1	33,4	34,1	33,2	-0,4	9,7	13,6	14,2	21,0	5,7	6,2	7,6	15,4
Prev	43,5	42,9	43,9	0,5	33,8	34,4	33,8	0,0	10,2	14,2	14,9	20,8	6,0	6,4	7,6	12,4
<b>INDFORMAL</b>	57,0	56,5	57,4	0,4	50,9	51,8	51,5	0,6	37,0	39,7	40,4	4,5	35,7	36,2	37,1	1,9
Npob	31,9	23,7	19,7	-21,3	23,1	20,3	18,6	-10,3	11,5	7,7	10,2	-6,0	6,5	5,1	6,6	0,8
Rendc (2)	330,37	314,80	312,08	-2,8	268,03	288,29	300,16	5,8	193,15	209,07	230,88	9,3	173,65	182,35	188,73	4,3
Rendp (3)	33,1	29,8	29,2	-6,0	19,9	24,2	26,7	15,8	4,1	7,5	12,1	71,3	0,0	1,8	3,2	-
<b>INDRENDA</b>	32,4	26,1	23,5	-14,8	21,8	21,9	21,8	0,0	8,5	7,6	10,9	13,1	3,9	3,8	5,2	15,9
Auxmor	14,2	14,2	10,3	-14,7	50,5	51,5	52,2	1,7	7,0	8,6	5,7	-9,8	9,6	9,6	8,2	7,6
Auxalim	20,8	22,0	16,9	-9,9	15,5	14,5	21,5	17,8	19,1	17,1	17,8	-3,3	17,4	19,1	19,9	6,9
Auxtrans	26,0	27,5	30,0	7,5	12,6	12,5	17,0	16,3	15,9	17,8	17,4	4,3	8,4	6,6	9,9	8,7
Auxeduc	0,5	0,2	0,2	-29,3	0,3	0,2	0,2	-21,4	0,2	0,0	0,1	-18,4	0,0	0,2	0,1	-
Auxsau	3,3	3,3	5,4	28,2	4,7	2,3	4,6	-1,1	0,9	0,7	3,3	96,7	0,3	0,7	2,3	196,8
<b>INDAUX</b>	13,1	13,5	12,5	-2,5	19,9	19,4	21,9	4,9	8,6	8,8	8,8	1,2	6,8	7,0	7,5	4,7
<b>IQE</b>	36,0	33,7	32,9	-4,4	30,6	30,8	31,7	1,8	21,0	21,3	22,8	4,1	18,5	18,9	19,8	3,5

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pnad.

(1) Taxa geométrica de crescimento, em% a.a.

(2) Rendimento médio mensal, em reais, corrigido pelo INPC, do IBGE, para dezembro de 2006.

(3) Rendimento médio mensal padronizado pelo método dos valores máximos e mínimos.

**Tabela 4A Índice de qualidade do emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários; região Centro-Oeste, 2004-2006**

Índices parciais e IQE	Empregado permanente						Empregado temporário									
	Urbano			Rural			Urbano			Rural						
	2004	2005	2006	Tx. cresc. (1)	2004	2005	2006	Tx. cresc. (1)	2004	2005	2006	Tx. cresc. (1)				
Indalf	80,7	84,1	83,1	1,5	84,0	84,5	87,5	2,0	73,7	75,8	74,2	0,4	69,4	76,7	86,8	11,8
Indesc1	42,0	43,0	35,4	-8,2	45,2	43,9	47,5	2,5	42,4	42,9	38,8	-4,3	40,7	45,3	38,9	-2,2
Indesc2	10,3	12,8	13,5	14,4	9,0	10,2	9,8	4,6	2,7	8,4	7,5	66,7	3,8	7,7	13,4	87,8
<b>INDEUDC</b>	<b>35,1</b>	<b>37,2</b>	<b>34,6</b>	<b>-0,7</b>	<b>36,3</b>	<b>36,4</b>	<b>38,1</b>	<b>2,5</b>	<b>30,5</b>	<b>33,6</b>	<b>31,4</b>	<b>1,6</b>	<b>29,5</b>	<b>34,3</b>	<b>36,5</b>	<b>11,2</b>
Ninf	98,0	99,4	98,6	0,3	99,2	99,1	99,5	0,1	94,2	98,5	97,6	1,7	96,3	96,4	96,0	-0,2
Jorn	21,7	30,0	29,8	17,0	19,1	23,0	25,8	16,1	25,4	29,4	43,1	30,2	29,3	50,8	50,4	31,1
Cart	49,2	56,1	60,3	10,6	56,8	59,9	61,6	4,1	10,7	11,8	18,6	31,7	0,6	1,4	2,1	83,2
Prev	49,9	57,0	60,6	10,2	57,6	57,6	62,5	4,2	11,1	12,2	19,7	33,3	0,6	1,4	2,1	83,2
<b>INDFORMAL</b>	<b>57,8</b>	<b>63,6</b>	<b>65,9</b>	<b>6,7</b>	<b>62,7</b>	<b>64,2</b>	<b>66,6</b>	<b>3,1</b>	<b>32,6</b>	<b>34,8</b>	<b>40,8</b>	<b>11,8</b>	<b>27,0</b>	<b>30,1</b>	<b>30,4</b>	<b>6,1</b>
Npob	82,4	77,9	70,0	-7,8	82,4	77,8	77,3	-3,2	58,7	52,7	49,4	-8,3	51,6	40,4	31,2	-22,2
Rendc (2)	590,48	635,33	647,75	4,7	558,52	594,73	617,57	5,2	362,86	410,31	422,50	7,9	322,48	340,78	339,96	2,7
Rendp (3)	87,9	97,4	100,0	6,6	81,2	88,8	93,6	7,4	39,9	49,9	52,5	14,7	31,4	35,3	35,1	5,7
<b>INDRENDA</b>	<b>84,6</b>	<b>85,7</b>	<b>82,0</b>	<b>-1,6</b>	<b>81,9</b>	<b>82,2</b>	<b>83,8</b>	<b>1,1</b>	<b>51,2</b>	<b>51,6</b>	<b>50,6</b>	<b>-0,5</b>	<b>43,5</b>	<b>38,3</b>	<b>32,7</b>	<b>-13,2</b>
Auxmor	35,9	34,9	31,2	-6,8	86,2	85,8	80,0	-3,7	13,6	16,3	13,1	-1,9	15,6	15,6	17,8	6,9
Auxalim	56,7	54,8	46,7	-9,2	45,2	48,1	41,6	-4,1	38,3	41,4	25,5	-18,5	40,8	38,2	32,6	-10,6
Auxtrans	36,9	41,7	26,7	-14,9	17,2	20,4	23,6	17,1	27,2	39,8	28,3	2,0	9,3	7,2	9,0	-1,6
Auxeduc	0,6	0,6	0,7	3,8	1,0	1,2	2,0	38,7	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-
Auxsau	7,6	4,8	5,6	-14,5	7,7	7,1	7,5	-1,4	2,3	3,6	3,2	17,7	1,2	0,7	0,7	-25,4
<b>INDAUX</b>	<b>28,8</b>	<b>28,3</b>	<b>23,4</b>	<b>-9,9</b>	<b>36,7</b>	<b>37,3</b>	<b>35,2</b>	<b>-2,1</b>	<b>16,4</b>	<b>20,1</b>	<b>14,0</b>	<b>-7,4</b>	<b>12,8</b>	<b>12,1</b>	<b>11,9</b>	<b>-3,6</b>
<b>IQE</b>	<b>58,1</b>	<b>60,5</b>	<b>58,6</b>	<b>0,4</b>	<b>60,0</b>	<b>60,6</b>	<b>61,9</b>	<b>1,6</b>	<b>36,2</b>	<b>38,2</b>	<b>38,3</b>	<b>2,8</b>	<b>31,2</b>	<b>31,2</b>	<b>29,7</b>	<b>-2,4</b>

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pnad.

(1) Taxa geométrica de crescimento, em% a.a.

(2) Rendimento médio mensal, em reais, corrigido pelo INPC, do IBGE, para dezembro de 2006.

(3) Rendimento médio mensal padronizado pelo método dos valores máximos e mínimos.

**Tabela 5A Índice de qualidade do emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários; região Sudeste, 2004-2006**

Índices parciais e IQE	Empregado permanente						Empregado temporário									
	Urbano			Rural			Urbano			Rural						
	2004	2005	2006	Tx. cresc. (1)	2004	2005	2006	Tx. cresc. (1)	2004	2005	2006	Tx. cresc. (1)				
Indalf	83,7	85,9	86,9	1,9	79,2	82,5	79,4	0,2	82,4	82,8	83,0	0,4	80,9	79,9	82,1	0,8
Indesc1	43,7	44,9	38,8	-5,8	52,0	54,2	46,4	-5,6	46,4	47,7	45,3	-1,2	49,9	50,4	50,2	0,3
Indesc2	13,7	14,7	18,6	16,5	6,8	7,6	9,4	17,2	7,3	8,7	8,5	8,3	5,5	7,2	6,8	11,3
<b>INDEDUC</b>	<b>37,8</b>	<b>39,1</b>	<b>38,8</b>	<b>1,3</b>	<b>36,9</b>	<b>38,6</b>	<b>36,0</b>	<b>-1,2</b>	<b>35,6</b>	<b>36,8</b>	<b>35,9</b>	<b>0,4</b>	<b>35,8</b>	<b>36,6</b>	<b>36,7</b>	<b>1,3</b>
Ninf	98,8	99,3	98,9	0,0	98,4	98,4	97,9	-0,3	97,9	98,1	96,4	-0,8	95,1	95,0	96,1	0,5
Jorn	40,6	35,6	44,3	4,5	36,6	37,9	36,2	-0,5	45,9	44,8	47,7	2,0	55,7	56,0	67,7	10,3
Cart	66,5	68,5	66,3	-0,2	52,0	51,7	48,7	-3,3	44,0	36,5	43,4	-0,6	9,5	11,3	12,5	14,3
Prev	67,7	69,9	67,6	0,0	53,0	52,5	50,1	-2,8	44,7	37,3	44,4	-0,4	9,9	11,7	13,4	16,5
<b>INDFORMAL</b>	<b>71,5</b>	<b>72,4</b>	<b>71,9</b>	<b>0,3</b>	<b>61,6</b>	<b>61,5</b>	<b>59,4</b>	<b>-1,8</b>	<b>57,4</b>	<b>52,5</b>	<b>56,9</b>	<b>-0,4</b>	<b>35,7</b>	<b>36,9</b>	<b>39,4</b>	<b>5,1</b>
Npob	67,4	65,2	61,9	-4,1	49,4	47,6	43,0	-6,7	51,2	45,0	48,5	-2,7	21,8	24,5	20,4	-3,4
Rendp (2)	442,16	538,69	554,56	12,0	369,74	390,47	420,32	6,6	357,45	368,35	417,76	8,1	238,04	269,61	294,74	11,3
Rendp (3)	56,6	77,0	80,3	19,1	41,4	45,7	52,0	12,2	38,8	41,1	51,5	15,2	13,6	20,2	25,5	37,1
<b>INDREDA</b>	<b>63,1</b>	<b>69,9</b>	<b>69,3</b>	<b>4,8</b>	<b>46,2</b>	<b>46,9</b>	<b>46,6</b>	<b>0,5</b>	<b>46,2</b>	<b>43,4</b>	<b>49,7</b>	<b>3,7</b>	<b>18,5</b>	<b>22,8</b>	<b>22,4</b>	<b>10,0</b>
Auxmor	9,5	10,9	7,6	-10,7	67,5	66,8	61,7	-4,4	2,6	3,5	3,3	13,9	14,7	7,8	10,4	-16,0
Auxalim	33,4	29,1	32,3	-1,7	28,9	31,9	23,2	-10,5	9,1	12,8	11,7	11,7	13,2	16,6	14,2	-7,7
Auxtrans	47,8	54,2	56,1	8,4	4,6	4,6	5,9	13,5	54,8	59,3	63,6	7,8	8,0	8,6	10,3	13,4
Auxeduc	1,6	0,7	1,2	-12,0	0,0	0,2	0,1	-	0,0	0,0	0,3	-	0,2	0,0	0,0	-100,0
Auxsau	10,0	13,2	12,1	9,9	3,2	5,2	5,1	26,2	3,4	4,3	1,4	-37,0	4,2	1,5	1,3	-44,6
<b>INDAUX</b>	<b>19,8</b>	<b>21,0</b>	<b>20,9</b>	<b>2,8</b>	<b>25,7</b>	<b>26,5</b>	<b>23,7</b>	<b>-4,1</b>	<b>12,6</b>	<b>14,5</b>	<b>14,4</b>	<b>6,8</b>	<b>9,0</b>	<b>6,4</b>	<b>6,9</b>	<b>-12,3</b>
<b>IQE</b>	<b>53,7</b>	<b>56,8</b>	<b>56,4</b>	<b>2,5</b>	<b>45,6</b>	<b>46,3</b>	<b>44,6</b>	<b>-1,1</b>	<b>42,2</b>	<b>40,3</b>	<b>43,6</b>	<b>1,7</b>	<b>25,7</b>	<b>27,3</b>	<b>28,0</b>	<b>4,4</b>

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pnad.

(1) Taxa geométrica de crescimento, em% a.a.

(2) Rendimento médio mensal, em reais, corrigido pelo INPC, do IBGE, para dezembro de 2006.

(3) Rendimento médio mensal padronizado pelo método dos valores máximos e mínimos.

**Tabela 6A Índice de qualidade do emprego (IQE) dos empregados permanentes e dos empregados temporários; região Sul, 2004-2006**

Índices parciais e IQE	Empregado permanente						Empregado temporário									
	Urbano			Rural			Urbano			Rural						
	2004	2005	2006	Tx. cresc. (1)	2004	2005	2006	Tx. cresc. (1)	2004	2005	2006	Tx. cresc. (1)				
Indalf	84,9	88,4	85,7	0,5	89,1	87,5	87,1	-1,1	74,2	75,4	75,8	1,0	81,6	85,2	81,7	0,1
Indesc1	39,6	36,7	37,6	-2,6	46,6	43,8	40,3	-7,0	39,7	38,4	41,6	2,4	44,0	51,4	36,5	-8,9
Indesc2	19,6	16,8	19,3	-0,6	7,7	9,7	9,6	11,6	7,8	7,5	6,6	-8,3	8,3	7,2	8,2	-0,5
<b>INDEUDIC</b>	39,2	37,6	38,5	-0,9	37,2	36,8	35,4	-2,4	31,9	31,5	32,3	0,6	35,1	37,9	32,4	-3,9
Ninf	96,0	98,6	100,0	2,1	98,9	99,1	98,5	-0,2	95,1	96,9	97,1	1,1	96,3	93,4	95,0	-0,6
Jorn	35,3	47,9	39,9	6,4	33,2	36,4	41,2	11,4	51,7	58,5	50,1	-1,5	47,3	56,7	50,0	2,8
Cart	55,5	61,2	66,6	9,5	56,0	56,2	55,3	-0,5	2,9	7,5	9,3	77,9	3,5	2,7	5,0	19,1
Prev	56,4	63,4	69,5	11,0	57,0	59,4	57,8	0,6	2,9	7,5	12,5	106,7	4,1	3,1	5,0	10,1
<b>INDFORMAL</b>	63,1	69,2	72,3	7,0	63,9	65,0	64,7	0,7	30,9	35,1	36,2	8,2	31,2	31,1	32,0	1,3
Npob	70,9	73,3	68,0	-2,0	69,6	69,6	65,8	-2,8	32,1	33,7	30,4	-2,7	30,7	31,0	28,2	-4,2
Rendp (2)	548,22	512,17	555,15	0,6	442,66	462,28	517,37	8,1	265,80	303,22	320,79	9,9	254,04	291,73	306,92	9,9
Rendp (3)	79,0	71,4	80,5	0,9	56,7	60,9	72,5	13,0	19,4	27,3	31,0	26,4	17,0	24,9	28,1	28,8
<b>INDREDA</b>	74,1	72,5	73,0	-0,8	64,4	66,1	68,4	3,1	27,1	31,2	30,7	6,5	25,2	28,6	28,2	5,7
Auxmor	21,8	19,0	15,7	-15,3	70,2	68,7	71,5	0,9	4,8	10,3	8,8	34,6	13,6	13,6	10,9	-10,6
Auxalim	37,6	45,3	43,5	7,5	37,7	35,3	31,2	-9,0	18,4	22,3	29,3	26,3	18,2	20,9	25,3	17,8
Auxtrans	37,2	40,4	36,7	-0,8	6,0	8,7	7,6	12,7	30,5	31,6	38,1	11,7	10,6	6,8	14,0	14,9
Auxeduc	0,0	0,7	1,0	-	1,8	1,0	1,4	-9,5	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-
Auxsau	10,8	13,3	17,7	27,9	8,9	10,3	8,0	-5,3	0,7	3,1	3,3	115,3	3,5	1,3	1,4	-37,6
<b>INDAUX</b>	22,0	24,0	23,2	2,7	29,8	29,4	29,0	-1,3	10,3	13,2	15,4	22,2	9,1	8,6	9,4	1,9
<b>IQE</b>	55,8	57,0	58,1	2,0	53,3	54,1	54,5	1,1	26,7	29,7	30,3	6,6	26,6	28,3	27,4	1,4

Fonte: Elaboração do autor a partir dos microdados da Pnad.

- (1) Taxa geométrica de crescimento, em% a.a.  
(2) Rendimento médio mensal, em reais, corrigido pelo INPC, do IBGE, para dezembro de 2006.  
(3) Rendimento médio mensal padronizado pelo método dos valores máximos e mínimos.